



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
CURSO DE LETRAS**

MARIA ALCIONE CAVALCANTE

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE ROTINA
ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DE COVID 19**

**Porto Nacional (TO)
2022**



MARIA ALCIONE CAVALCANTE

**ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE ROTINA
ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DE COVID 19**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Letras da Universidade Federal do Tocantins
como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciada em Letras – Língua
Inglês e suas respectivas literaturas

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Carvalho
Capuchinho

**Porto Nacional (TO)
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- C376a Cavalcante, Maria Alcione .
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE ROTINA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE ROTINA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19. / Maria Alcione Cavalcante. – Porto Nacional, TO, 2022.
60 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, 2022.
Orientador: Adriana Carvalho Capuchinho
1. Programa Nacional de Alimentação Escolar.
2. Segurança Alimentar e Nutricional. 3. Pandemia Covid-19. 4. Aprendizagem.
I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



MARIA ALCIONE CAVALCANTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas

Aprovado em: 14/02/2022

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Adriana Carvalho Capuchinho (Orientadora)
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Profa. Dra. Marisa de Souza Neres
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Prof. Me. Paulo André Machado Kulsar
Universidade Federal do Tocantins – IFTO

**Porto Nacional – TO
2022**

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar agradeço a Deus, por me conceder a dádiva da vida; A minha professora e orientadora Dr^a Adriana Capuchinho, pela grande contribuição na produção deste trabalho, a você meu muito obrigada. A Universidade Federal do Tocantins por me conceder a oportunidade de realizar esse desejo tão profundo. Aos membros da banca examinadora, Professora Marisa Souza Neres e Professor Paulo André Machado Kulsar, minha admiração e agradecimento.

A minha irmã Edileusa por sempre está me apoiar em todos os momentos. Meu cunhado Jacson Correia de Souza (em memória) que sempre teve por minha pessoa grande orgulho e admiração.

Aos meus filhos: Vitor, Yasmim, William, por serem minha luz neste mundo;

Minha sobrinha Jessica, que sempre acreditou em mim e sempre me encoraja a vencer meus próprios medos;

A meu companheiro Josimar, vulgo Carrerinha Rodrigues, juntamente com sua mãe, minha sogra, Rosilene Sabbadini, pois desde que entraram em minha vida fizeram do meu sonho os seus sonhos.

A minhas amigas e irmãs do coração, Fran Costa e Francisca Miranda;

Ao meu pai Ezechiel Cavalcante e a minha mãe Margarida Cavalcante, pois me ensinaram a ter coragem e não temer diante das dificuldades;

Ao meu amigo e chefe de trabalho Domingos Galvão de Melo, que há 1 ano e 5 meses vem me apoiando e torcendo pelo meu objetivo;

Enfim a todos os meus familiares, amigos e professores que de forma direta ou indireta contribuíram para o meu crescimento pessoal e intelectual, sou inteiramente grata a vocês.

DEDICATÓRIA

A todos que têm fome e sede de justiça!

Lista de Siglas

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEM PFA – Centro de Ensino Médio Professor Florêncio Aires

CME - Campanha da Merenda Escolar

CNME - Campanha Nacional da Merenda Escolar

CNAE - Campanha Nacional da Alimentação Escolar

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

PNAE - Plano Nacional Alimentação Escolar

PPP - Projeto Político Pedagógico

SAPS - Serviço de Assistência e Previdência Social

SEDUC – Secretaria da Educação, Juventude e Esportes

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

TO - Tocantins

UE - Unidade Escolar

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Lista de Figuras

- Gráfico 1** Você observa se os alunos ficam mais atentos após uma boa alimentação? 37
- Gráfico 2** Por falta de merenda escolar sua escola já teve que suspender aulas ou dispensar os alunos mais cedo? 38
- Gráfico 3** Quantas cestas de alimentação a escola entregou, através da Secretaria de Educação, aos alunos durante o período de pandemia? 39
- Gráfico 4** Em uma escala de 1 a 5, em sua opinião, o quanto uma boa alimentação influencia o aprendizado de crianças e adolescentes? 41
- Gráfico 5** Você acha que a falta da merenda nas escolas contribui para a evasão escolar? 42
- Gráfico 6** No período antes da pandemia (até março de 2020), a escola oferecia merenda em todos os dias de aula? 43
- Gráfico 7** Durante o período da pandemia quantas cestas de alimentação você recebeu da escola para seu(s) filho(s)?..... 44
- Gráfico 8** Qual a escolaridade da pessoa que estudou mais na casa?45

RESUMO

A pandemia de COVID-19 causou o maior desafio do século, trazendo impacto não só no quadro econômico, mas também na saúde e nas condições de vida da população mundial. Um dos maiores impactos mais notável durante esse período de pandemia se deu na segurança alimentar, tendo em vista que noticiários apontam uma diversidade de problemas que afetaram o sistema alimentar homogêneo da população. No Brasil esses problemas ficaram ainda mais explícitos, causas das desigualdades sociais, tanto raciais quanto de gênero e econômicas já existentes que comprometem o Direito Humano à Alimentação (DHAA), e assim acabam afetando principalmente a vida das famílias mais vulneráveis. Nesse contexto este artigo tem como objetivo abordar relações referentes à segurança alimentar trazendo uma breve discussão sobre a importância da alimentação escolar e sua falta no período da pandemia. Para tanto realizamos análise bibliográfica com intuito de especular as ações de intervenção governamental que foram desenvolvidas no período da pandemia para combater a fome. A partir de então, desenvolvemos um estudo de caso em uma escola da região central da rede pública da cidade de Porto Nacional -TO. Diante disto, será exposta a realidade da comunidade escolar para assim comparar com as informações sobre as eficácias das ações governamentais para combater a insegurança alimentar. Dentre alguns fragmentos peculiares serão destacadas situações ligadas ao acesso à renda, como o auxílio emergencial, e à autorização do uso de recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para aquisição de alimentos destinados para os familiares dos educandos que ficaram sem alimentação escolar no período em que as aulas foram suspensas devido ao isolamento social para combater o avanço da COVID-19.

Palavras-Chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar, Segurança alimentar e nutricional; Pandemia Covid-19; Aprendizagem.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic caused the greatest challenge of the century, impacting not only the economic situation, but also the health and living conditions of the world's population. One of the most notable impacts during this period of pandemic was on food security, given that news reports point to a variety of problems that affected the population's homogeneous food system. In Brazil, these problems became even more explicit, the causes of social, racial, gender, and economic inequalities, that compromise the Human Right to Food, and thus ends up affecting mainly the lives of the most vulnerable families. In this context, this article aims to address relationships regarding food security by bringing a brief discussion about the importance of school meals and its lack during the pandemic period. For that, we carried out a bibliographic analysis to speculate on the government intervention actions that were developed in the period of the pandemic to combat hunger. From then on, case study research was developed in a school in the central region of the public school system of the city of Porto Nacional -TO. In view of this, the reality of the school community will be exposed to compare with information on the effectiveness of government actions to combat food insecurity. Among some peculiar fragments, situations related to access to income will be highlighted, such as emergency aid, and the authorization of the use of federal resources from the School Feeding Program (PNAE) to purchase food for the families of students who were left without school meals during the period. in which classes were suspended due to social isolation to combat the advance COVID-19.

Key Words: National School Feeding Program; Nutritional and Eating Security; Covid-19 Pandemic; Learning.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA DE PESQUISA	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO	18
3.1 A Influência da Alimentação E Nutrição Sobre Saúde Humana	18
3.2 Percuso Da Alimentação Escolar No Brasil: Breve Histórico.....	19
4 INSEGURANÇA ALIMENTAR NA PANDEMIA DA COVID-19: IMPACTOS DA FALTA DA MERENDA ESCOLAR	27
4.1 Consequências Adversas do Fechamento das Escolas	29
5 PANORAMA DE UMA ESCOLA EM PORTO NACIONAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID 19	33
5.1 Percurso da alimentação escolar durante a Pandemia de COVID-19 na Unidade Escolar Professor CEM Florêncio Aires	34
5.1.1 Entrevistas com a coordenadora e com a responsável pela cantina.....	35
5.1.2 Questionário aplicado aos servidores	37
5.1.3 Questionário aplicado aos pais dos estudantes	41
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICES	54

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a alimentação escolar se fortaleceu como uma importante política de proteção social, de promoção da educação, da saúde, da equidade de gênero, de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento local em vários países do mundo. Trata-se de uma ação para o desenvolvimento dos cidadãos através da educação para podermos mudar a sociedade.

A pandemia de COVID-19 mudou os hábitos alimentares e de estilo de vida de muitas famílias. Além do distanciamento social, a turbulência econômica interrompeu as atividades de subsistência de milhões de pessoas em todo o mundo, especialmente aquelas que trabalham na economia informal. Os países de alta renda, incluindo os mais ricos, testemunharam cenas chocantes de milhares de pessoas fazendo fila por longas horas, semana após semana, para receber cestas básicas de alimentos; a maioria são pessoas vulneráveis oriundas da (i)migração e famílias de baixa renda.

O fechamento de escolas também levou à interrupção de programas que permitiam que crianças de famílias pobres recebessem merenda escolar gratuita ou subsidiada em lanches saudáveis, expondo milhões de crianças à insegurança alimentar. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, as interrupções nos programas de assistência nutricional e nos serviços de saúde aumentam a pobreza profundamente enraizada. As dificuldades financeiras relacionadas ao COVID-19 podem empurrar mais famílias para a pobreza e ainda forçá-las a racionar alimentos e fazer escolhas alimentares mais baratas e não saudáveis para pagar por outras necessidades, como aluguel e medicamentos.

Atualmente são necessários estudos para compreender o impacto que a falta da alimentação escolar vem causando na vida dos estudantes e dos familiares durante esse período de pandemia de COVID-19, demonstrando também como as instituições de educação básica do ensino público vem auxiliando os alunos com a alimentação gratuita durante o período de suspensão das atividades escolares e como ficou a rotina alimentar destes com a falta da alimentação escolar que também foi suspensa no decorrer do distanciamento social. Propomos uma reflexão com dados de entidades nacionais e

internacionais e focamos em dados coletados em uma unidade escolar de Porto Nacional, município do Tocantins, Região Norte do Brasil. Escolhemos o tema tendo em vista que não se sabe com clareza até que ponto a pandemia vem afetando a segurança alimentar destes estudantes e familiares, podendo assim comprometer a qualidade e diversidade da sua rotina alimentar, contribuindo com o risco da desnutrição e fome oculta. Esses problemas afetam especialmente as famílias mais vulneráveis de baixa renda, populações de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, como também de áreas rurais e outras mais isoladas.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este artigo foi desenvolvido segundo o paradigma interpretativo em abordagem prioritariamente qualitativa conformando um estudo de caso de cunho descritivo exploratório (BORTONI-RICARDO, 2008), posto que busca retratar o impacto da insegurança alimentar e seus efeitos no cotidiano dos estudantes durante a suspensão das aulas em uma unidade escolar específica localizada no estado do Tocantins, porém com vistas a um panorama mais amplo.

Como instrumentos de coleta de dados usamos questionário semiestruturado, pesquisa documental, revisão bibliográfica, entrevista e observação do espaço escolar. Realizamos revisão bibliográfica e coleta de dados documental a partir de documentos que versam sobre a segurança alimentar no ambiente escolar e dos procedimentos adotados em relação à Covid-19 divulgados pelo governo federal e estadual, principalmente. Por essa percepção, este estudo analisou fontes bibliográficas e documentais com intuito de explorar e descrever as ações do governo federal para combater os efeitos da insegurança alimentar no período da pandemia COVID-19. Entre eles foram analisados os boletins do Centro de Coordenação de Operação do Comitê dos Impactos da COVID-19 no site do Ministério da Economia (www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19) Em seguida, tais informações foram sistematizadas e associadas aos parâmetros da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Para descrever sobre a importância da alimentação escolar e o impacto da sua falta no período da pandemia de COVID-19, esta pesquisa buscou fundamentos nas diretrizes do Programa da Alimentação Escolar (PNAE), como também fez uma revisão da literatura, utilizando artigos científicos e documentos de posicionamento de entidades da sociedade civil que tratam sobre as mudanças recentes adotadas pelas instituições referentes às políticas públicas de segurança alimentar no país.

Após concluir a revisão bibliográfica, a pesquisa se estendeu em forma de um estudo de caso, coletando dados em uma escola pública da região central da cidade de Porto Nacional - TO, sobre a importância da merenda escolar, como ficou a classe estudantil com a falta dessa rotina alimentar durante o período em

que as aulas estiveram suspensas e quais impactos negativos foram mais notados pelo corpo docente da escola nesse contexto.

O município de Porto Nacional, onde está localizada a UE, caso de estudo desta pesquisa, é uma cidade histórica do estado do Tocantins região norte do território brasileiro. “O povoado foi fundado em 1738 em decorrência da mineração e chamado de Porto Real. Após a independência do Brasil de Portugal, passou a ser chamado de Porto Imperial em 1831. Apenas em 1861 passou a ser oficialmente uma cidade e passa a ser chamada de Porto Nacional (IPHAN *website*, sd). Segundo os últimos levantamentos estatísticos do censo do IBGE, realizado no ano de 2010, a cidade de Porto Nacional contava com 49.146 habitantes, destes 36,5% possuem um rendimento nominal mensal per capita de até 1/5 salário-mínimo, sendo considerada uma população de baixa renda. Ainda com base nos dados estatísticos do IBGE, também foi constatado que 98,3% das crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos dependem do ensino gratuito oferecido pela rede pública.

A unidade escolar (UE) escolhida para realizarmos o estudo de caso com coleta de dados foi o Centro de Ensino Médio (CEM) Professor Florêncio Aires, da rede estadual de ensino, onde tivemos a oportunidade de conhecer parte dos servidores e do corpo docente em nossa primeira visita. A UE, fundada em 1946, está localizada na rua Rubens Reis de Andrade no setor Jardim Brasília e é, uma das instituições de ensino público pioneiras dentro da cidade. A partir de então, o estudo se limitou a esta unidade escolar como um local de análise de um quadro mais amplo. A UE conta em seu corpo docente o total de 52 funcionários sendo 16 professores e 36 administrativos e um total de 295 pais. No corpo estudantil conta com 408 alunos distribuídos em 14 salas entre as modalidades de ensino fundamental, ensino médio e EJA.

Observando o perfil dessa instituição, pode-se afirmar que ela foi foco, em seu percurso de existência, de uma grande quantidade de temáticas de grande importância dentro do meio educacional, sendo assim um elemento de pesquisa viável para qualquer tema que envolve educação, direitos sociais e cidadania.

Neste sentido, em primeira parte, a escola analisada possibilitou a este estudo conhecer parte dos servidores e do corpo docente como também a realidade do público estudantil que a escola comporta. Segundo seu Projeto

Político Pedagógico, (PPP), “(a) instituição foi criada no ano de 1945, possuindo uma tradição muito especial no município de Porto Nacional, de formar novas gerações sadias e comprometidas com a sociedade. Sempre trabalhando com a formação de cidadãos que adquiriram instrumentos necessários para seu desempenho efetivo na sociedade” (CEM PFA, 2019, p. 9).

Quanto aos participantes da pesquisa, contatamos a servidora responsável pela merenda, a coordenadora pedagógica, bem como disponibilizamos questionários a serem respondidos online anonimamente por professores, servidores da escola e pais de alunos. A coleta de dados referente a escola ocorreu por intermédio de visitas ao espaço escolar, conversas por videoconferência, entrevistas na UE e questionários online e anônimos. Quando as aulas retornaram com número de alunos reduzido, também foram realizadas visitas às salas de aula para observar melhor a situação dos alunos no que se refere à alimentação escolar.

Ao concluir a coleta de dados por intermédio de visitas e socializações, a referida pesquisa teve sequência com a elaboração de dois questionários, sendo eles direcionados aos servidores da escola e aos pais dos estudantes. Tais questionários foram desenvolvidos via Formulários Google com perguntas fechadas e uma aberta opcional. O questionário direcionado aos pais continha 10 perguntas fechadas e os questionários direcionados aos servidores continham 9 perguntas fechadas, sendo que todas as perguntas foram de caráter especulativo com intuito de coletar o conhecimento de fatos da alimentação escolar, bem como opiniões concretas referentes à importância da alimentação escolar e o impacto da sua falta na vida das famílias mais vulneráveis. Os questionários viabilizaram o desenvolvimento de uma descrição crítica e a comparação com as informações contidas nos noticiários sobre a eficácia das ações governamentais para combater a insegurança alimentar e a realidade das escolas e dos familiares dos alunos que fazem parte de uma parcela da sociedade menos priorizada e que durante o período da pandemia COVID-19 acabou ficando vulnerável à insegurança alimentar.

Quanto ao processo de coleta documental, foi realizada de forma não sistêmica, acontecendo no período de outubro de 2020 a março de 2021, já as

observações e visitas na escola se deram no período de 20 de outubro a 06 de dezembro, havendo 5 visitas presenciais no decorrer deste tempo.

Além da observação presencial, também levantamos dados em revistas acadêmicas através de pesquisa nos sites do depositório Scientific Electronic Library Online (SciELO), na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (<https://www.fao.org/home/es>), no Comitê de Segurança Alimentar Mundial (<https://www.fao.org/cfs/covid19/es/>); Organização pelo Direito Humano à Alimentação: FIAN Internacional e Brasil (<https://fianbrasil.org.br/fian-internacional/>), e no fórum “Olhe para Fome” (<http://olheparaafome.com.br/>), além de notícias e reportagens com intuito de observar as atualidades sobre o tema em questão.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nosso levantamento bibliográfico focou em três frentes: influência da alimentação sobre a saúde humana, regulamentação da alimentação escolar no Brasil e situação da alimentação escolar durante a suspensão das aulas no período de pandemia da Covid 19. A seguir organizamos os conceitos trabalhados a partir da literatura selecionada.

3.1 A Influência da Alimentação e Nutrição Sobre a Saúde Humana

A Alimentação e a Nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando o potencial de crescimento e desenvolvimento humano com qualidade de vida e cidadania (GUTIÉRREZ, 2020). Entretanto, busca-se atingir uma alimentação saudável para uma boa nutrição. Quanto ao que configura uma alimentação saudável, Pinheiro (2005) destaca ser algo que vai além dos nutrientes adequados e que:

deve ser entendida enquanto um direito humano que compreende um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas e sociais dos indivíduos de acordo com as fases do curso da vida. Além disso, deve ser baseada em práticas alimentares assumindo os significados socioculturais dos alimentos como fundamento básico conceitual.

Sob o ponto de vista da coletividade, uma alimentação saudável torna-se adequada quando também compreende aspectos relativos à percepção dos sujeitos sobre os modos de vida adequados, isto é, quando se identifica com as expectativas dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade. Para isso, as dimensões de variedade, quantidade, qualidade e harmonia precisam associar-se aos padrões culturais, regionais, antropológicos e sociais das populações. No enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional, uma alimentação é saudável e adequada quando são trazidos para a abordagem da saúde outros fatores envolvidos em sua gênese. (PINHEIRO, 2005, p. 125)

Pinheiro continua afirmando que há fatores indiretos para a alimentação saudável que envolve produção, abastecimento, comercialização, acesso, condições biológicas e preparo dos alimentos, porém ultrapassa a utilização do alimento em si. Assim:

A garantia de uma alimentação saudável envolve condições adequadas para seu total aproveitamento que são relativas ao trabalho, moradia, emprego, educação, saúde, lazer e outras. Desta forma, este conceito tem como objeto a trajetória necessária, desde a produção até o consumo do alimento, em todas as suas dimensões, e todas as possibilidades que esta produção gera em termos de desenvolvimento sustentável e soberania alimentar (PINHEIRO, 2005).

Em 1986 foi realizada a Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em Ottawa, Canadá. A promoção da saúde, que inclui a segurança alimentar, exige, segundo o documento resultante dessa conferência, a Carta de Ottawa (1986), a ação coordenada dos envolvidos, ou seja, de governos, setores sanitários e outros setores sociais e econômicos, organizações beneficentes, autoridades locais, a indústria e os meios de comunicação, assim como das pessoas de todos os meios sociais em relação tanto aos indivíduos quanto às famílias e comunidades. A Carta de Ottawa (1986, p. 4) afirma que “Aos grupos sociais e profissionais do grupo sanitário correspondem, especialmente, em assumir a responsabilidade de atuar como mediadores entre os interesses antagônicos e a favor da saúde.”

Alpino (2020) também considera que a alimentação não está ligada somente à sobrevivência do indivíduo e da espécie, mas também às relações sociais e culturais, à qualidade de vida, à produtividade e a quase todas as dimensões da existência humana.

No caso da alimentação escolar, percebemos a importância do envolvimento dos diversos setores da sociedade, porém a participação foi gradualmente oficializada nos programas. O setor da alimentação coletiva é um mercado em plena ascensão e vem se tornando representativo na economia brasileira. Para uma expressiva parcela da população as Unidades de Alimentação representam uma alternativa viável para a realização das refeições fora de casa. Vejamos agora como se organiza a alimentação escolar no Brasil.

3.2 Percurso da Alimentação Escolar no Brasil: breve histórico

As políticas públicas nascem da confluência de agendas sociais e políticas quando uma demanda da sociedade, ou de grupos da sociedade, é abordada por meio da intervenção do Estado, que então cria sumariamente leis e mecanismos específicos para seu cumprimento. No entanto, um olhar mais atento revela que fatores históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais estão por trás da formulação de políticas públicas. Sua análise nos permite entender sua estrutura complexa. Portanto, Bicalho et al., (2020) sugere um ângulo de análise das

políticas públicas a partir de quatro estruturas elementares pelas quais é possível reunir, ou seja, a articulação de leis, recursos materiais, atores e valores sociais como resposta a uma demanda social que, neste caso, consiste na inserção da merenda escolar na educação pública brasileira. A estrutura formal é formada por teorias, práticas, história e resultados fundamentais, principalmente no que diz respeito às leis que regulamentam uma política pública. As políticas públicas desenvolvem-se em articulação complexa e se desenvolvem ao longo do tempo. Vejamos o caso das políticas para alimentação escolar no Brasil.

Segundo Rodrigues (2007), em outubro de 1923 ocorreu o I Congresso Brasileiro de Higiene no Rio de Janeiro com quatro dos temas abordados referindo-se à alimentação: fiscalização sanitária dos gêneros alimentícios; abastecimento do leite; alimentação dos soldados brasileiros e alimentação escolar e pré-escolar com o crescimento do ensino público no Brasil e no mundo.

Pouco antes, em 1921 Armanda Álvaro Alberto, pioneira da Nova Escola no Brasil, desenvolveu o primeiro projeto de implantação de merenda escolar, (DA SILVA, 2014) custeado por doações dos comerciantes locais do município de Duque de Caxias. A Escola Proletária Meriti foi, assim, a primeira instituição pública a oferecer alimentação escolar para os alunos, sem financiamento governamental, tendo em seu cardápio angu e chá mate, ainda que sem maiores diretrizes nutricionais que começavam ainda a serem discutidas internacionalmente. Seu objetivo era evitar a evasão escolar e a fome dos estudantes de baixa renda (DA SILVA, 2014).

Segundo Saluto e Rangel, (2022) A instituição da merenda escolar foi pensada na década de 1930, ainda no governo Vargas, porém um programa específico foi iniciado apenas na década de 1940 para uma pequena parte dos estudantes brasileiros, mas gradualmente ampliado e descentralizado após a Constituição Federal (BRASIL, 1988). Stefanini (1998) destaca que Dante Costa, nutrólogo, professor da Faculdade de Medicina do Brasil, em 1939 definiu merenda escolar como uma pequena refeição nutritiva servida no intervalo da atividade escolar e preparada para os estudantes, preferencialmente com alimentos sólidos, leite e frutas, mas respeitando os hábitos alimentares regionais. Dante Costa, iniciou um programa de merenda escolar em 1942, através do

Serviço de Assistência e Previdência Social (SAPS), servindo refeição de 6h30 às 7h30 antes do início das aulas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das iniciativas sociais mais antigas e consolidadas de alimentação e nutrição do Brasil, liderado pelo governo federal. Considerado hoje um exemplo de políticas sociais de promoção da segurança alimentar, o programa, de acordo com Stefanini (1998) tem suas bases na década de 1940, com iniciativas como a da SAPS e Dante Costa, mas ganhou status legal em 1955 com a criação da Campanha da Merenda Escolar pelo presidente Café Filho, a fim de receber alimentos dos EUA, os quais começaram em 1954 a comprar o excedente da produção do país e “doar” a outros países também para estabelecer aliados políticos. Stefanini informa ainda que Juscelino Kubitschek alterou para Campanha Nacional da Merenda Escolar (CMNE), criando um fundo nacional com os recursos da União, dos estados e dos municípios, pois ainda que grande parte dos alimentos do CME viessem do exterior, o Brasil precisava arcar com o transporte. Ademais, o fundo incentivaria a produção alimentícia nacional, além de aumentar consideravelmente o número de estudantes assistidos de 1.400.000 em 1958 para 2.572.426 em 1960. Durante o período do governo militar, em 1965, passou a chamar-se Campanha Nacional da Alimentação Escolar (CNAE) enfatizando refeições nutricionalmente completas com o Programa do Almoço Escolar.

Embora, no início, o foco dos programas estivesse ~~centrados~~ no combate à desnutrição, o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1979, passa a ter como objetivo contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o desempenho escolar geral, a promoção de hábitos alimentares saudáveis por meio da educação alimentar e nutricional e a oferta de merenda escolar que atenda às necessidades nutricionais das crianças (PEREIRA *et al.*, 2020).

Questões políticas e a severa crise econômica que afetou o Brasil na década de 1980 influenciaram a política de alimentação escolar, até então caracterizada pela centralização das compras pelo governo federal e a forte presença da indústria de alimentos processados, o que afetou os objetivos do programa. O planejamento do cardápio ainda estava sob a responsabilidade do Ministério da Educação e os produtos alimentícios eram adquiridos por meio de

licitação pública e distribuídos em todo o território nacional (SOBRINHO JUNIOR et al., 2020). Foi criado, em 1982, o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) que taxava 0,5% dos rendimentos brutos das empresas privadas e estatais. Assim, este fundo era responsável pelo PNAE, entre outros.

No entanto, foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a situação foi equilibrada, pois a Constituição Federal distribuiu certas competências sobre políticas públicas entre a União, os estados e os municípios (BRASIL, 1982; STEFANINI, 1998). A Constituição Federal traz:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...] VII -atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

Desse modo, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela descentralização das políticas públicas, incluindo a alimentação escolar, estabelecendo a gestão estadual e municipal do programa, que, até então, era totalmente centralizado no governo federal, tanto na sua formulação quanto na implementação.

A legislação que rege o programa alterou-se ao longo do tempo, permitindo que o PNAE seja utilizado como meio e mecanismo de desenvolvimento local. Desde o seu início, o programa apoia indiretamente a produção alimentícia local, adequando os cardápios às culturas de plantio e criação locais, bem como à cultura alimentar regional. No entanto, os contextos político, social e econômico levaram à inclusão gradativa de produtos alimentícios processados na merenda escolar, comprometendo os componentes social e nutricional do programa nas primeiras décadas.

Apenas quatro décadas depois da criação do CME, uma nova legislação enfatizou a necessidade de incluir itens cultivados regionalmente nos cardápios escolares, respeitando os hábitos alimentares locais, culminando com a descentralização definitiva do programa em 1994 com a consequente redução do uso de produtos alimentícios altamente processados na alimentação escolar.

O PNAE atual foi instituído pela Lei Federal nº 11.947/2009 que regulamenta a oferta de alimentação escolar, e foi alterada pela Lei nº

12.982/2014, que prescreve o fornecimento adequado de merenda escolar aos alunos com condições específicas de saúde. Os aspectos operacionais do PNAE são bastante complexos, devido ao envolvimento de diversos setores do governo e da sociedade civil nas arenas municipal, estadual e federal, e porque é necessário que haja condições favoráveis nessas arenas para que os aspectos operacionais funcionem adequadamente.

A Lei 11.947/2009 também oficializou a supervisão por conselhos incluindo os vários setores sociais envolvidos e estipulou o apoio ao desenvolvimento local e sustentável, destacando o papel da agricultura familiar. De acordo com esse regulamento, no mínimo 30,0% dos recursos do programa federal devem ser aplicados na aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, preferencialmente fornecedores regionais. No entanto, não existe atualmente uma nomenclatura ou estipulação distinta para os gêneros alimentícios elegíveis para aquisição. Segundo a Lei 11.947/2009 a alimentação escolar pressupõe:

- I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
- II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
- III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
- IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;
- V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;
- VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social” (BRASIL, 2009).

O perfil nutricional da população brasileira é complexo e a alimentação escolar tem potencial para levar a mudanças significativas nesse cenário, principalmente porque os hábitos alimentares desenvolvidos na infância e na

adolescência têm probabilidade de perdurar até a vida adulta. O PNAE tornou-se uma importante estratégia para melhorar a segurança alimentar por meio da promoção do direito humano à alimentação adequada e é hoje reconhecido como uma das mais amplas iniciativas de alimentação escolar do mundo, abrangendo 43 milhões de estudantes brasileiros de todas as camadas sociais no ensino, ou aproximadamente 20,0% da população brasileira.

A universalidade, tanto quanto sua continuidade, foram os princípios que sempre nortearam o programa. No entanto, tais princípios foram difíceis de cumprir, principalmente devido a pressões externas, políticas, acadêmicas ou mesmo pessoais ao longo de sua história. Na América Latina, apenas Brasil e Uruguai contam com programas universais, embora diferentes quanto à gestão.

No Brasil, o programa de alimentação escolar, em seu conjunto, é uma das políticas públicas mais antigas e duradouras, com vigência ininterrupta e fiscalização do Ministério da Educação. O PNAES foi forjado como um direito fundamental, garantido pela Constituição Federal em 1988, pois um de seus princípios é garantir a alimentação de 200 dias letivos a todos os alunos das escolas públicas federais, estaduais, distritais e municipais, creches, pré-escolas, escolas de ensino fundamental, médio, escolas para jovens e adultos, bem como alunos de instituições de caridade, igrejas e escolas comunitárias.

Com a implementação do Programa Fome Zero, em 2003, o PNAES tornou-se uma extensa política pública nacional. Desde então, muitos avanços ocorreram em relação ao estabelecimento de critérios técnicos e operacionais, visando maior agilidade, eficiência e eficácia na gestão, principalmente no que diz respeito à ampliação e ao fortalecimento do controle social e das estratégias prescritivas de atuação do nutricionista, aqueles que detêm responsabilidades técnicas no programa. Foi apenas em 2003 que o nutricionista passou a integrar a coordenação geral do programa no âmbito federal, no FNDE, o que destaca o fato de que a responsabilidade técnica da alimentação escolar nos estados, Distrito Federal, municípios e escolas federais está sob responsabilidade do nutricionista. Segundo Amorim et al., (2020), a porcentagem de municípios brasileiros que empregavam nutricionistas aumentou de 12% para 79% entre 2003 e 2011.

Dando continuidade à implementação da estratégia Fome Zero, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), Lei Orgânica de

Segurança Alimentar e Nutricional, teve como objetivo formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional de estímulo à integração de esforços entre governo e sociedade civil e promoção do monitoramento, rastreamento e avaliação da segurança alimentar e nutricional no país. Nesse sentido, o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos estão inseridos no Sisan, garantindo o direito humano e fomentando o desenvolvimento agrícola local.

Em 2000, foi instituído o Conselho de Alimentação Escolar como órgão deliberativo, fiscalizador e assessor do PNAE, nos níveis estadual e municipal, com o objetivo de fazer valer a participação comunitária no programa. Apesar da importância do controle social, sabe-se que a mera instalação de tais conselhos não é garantia da eficácia de suas ações. De acordo com Freitas et al., (2020), é importante focar os fatores que impedem processos de participação que envolvem questões de natureza política, econômica, social e cultural e estão vinculados a uma sociedade, que, estruturalmente, está assentada sobre os pilares do clientelismo, autoritarismo e desigualdade social, que ainda ocorrem no Brasil hoje.

Com a descentralização, procurou-se alcançar maior inclusão social na execução e fiscalização do PNAE, daí a necessidade dos conselhos estaduais e municipais de alimentação escolar. A política de descentralização, definida pelo Ministério da Educação, veio complementar o financiamento do programa, sendo que os municípios, que eram responsáveis pela sua gestão técnica e financeira passaram a prestar contas ao Tribunal de Contas da União. As Secretarias Estaduais de Educação passaram a assessorar os municípios que necessitavam de suporte técnico e administrativo para atuar junto ao PNAE.

Oltamari (2020) identificaram a falta de tempo como um dos principais fatores que impedem o bom desempenho dos conselhos. Da Cunha (2021) também afirmou que a falta de tempo para as atividades de controle social e a escassez de regulamentação a esse respeito foram apontadas como barreiras para a atuação eficiente dos conselheiros.

Outro fator para o baixo desempenho do Conselho de Alimentação Escolar está relacionado à falta de capacitação de seus integrantes. Na maioria dos casos, os membros não têm clareza sobre o papel do Conselho de Alimentação

Escolar e nem sobre o seu papel como representantes de um determinado segmento. Auditoria do Tribunal de Contas da União concluiu que a atuação do Conselho de Alimentação Escolar é prejudicada pela falta de conhecimento técnico de seus conselheiros, o que se reflete em relatório encaminhado ao FNDE.

O censo 2010 demonstra que 85,4% da população entre jovens e crianças necessitam do sistema de educação pública, sendo a maioria deles, alunos de baixa renda, enquanto crianças e adolescentes que possuem uma condição financeira melhor, em geral, ocupam vagas em escolas privadas. Esses estudantes precisam ter seu direito à alimentação escolar garantido em quaisquer condições de atividade escolar.

4 FALTA DA MERENDA ESCOLAR NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19

A Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), assegura o direito a todos os alunos matriculados à alimentação escolar. E, segundo Alpino (2020) todas os alunos de escola públicas passaram a ter direito a merenda escolar gratuita suprimindo 20% de suas necessidades diárias sendo o PNAE responsável a garantir a distribuição dos recursos.

As perturbações causadas pela pandemia e a interrupção do funcionamento normal das escolas continuam a representar barreiras para o atendimento das necessidades mais básicas das crianças, como o acesso à merenda escolar. Neste acontecimento percebe-se que os recursos financeiros das famílias para prover a alimentação dos seus filhos, foram amplamente afetados pela crise que surgiu com essa ruptura.

Em reportagem no site Brasil de Fato, em agosto de 2021, Stropasolas e Giovanaz (11/08/2021) informam que milhões de adultos se encontravam desempregados devido ao choque econômico da pandemia de coronavírus, e com auxílio federal insuficiente, lento e de difícil acesso, muito mais familiares estão agora em lares em insegurança alimentar, ou seja, têm acesso limitado ou incerto à alimentação adequada.

Segundo comunicado da Unicef em 28/01/2021, em todo o mundo, cerca de 39 bilhões de merendas escolares deixaram de ser distribuídas desde o início da pandemia do COVID-19, até aquela data, com o fechamento das escolas. A notícia continua informando que cerca de 270 milhões de crianças e adolescentes em todo mundo dependia da merenda escolar para suprir as necessidades diárias nutricionais, ou seja, ~~perderam~~, perderam 40% das refeições, em média. Com esses dados nota-se que merenda escolar não é apenas vital para garantir a nutrição, crescimento e desenvolvimento escolar de crianças e adolescentes, mas também tornaram-se um motivo para que retornem às escolas. E no Brasil não tem sido diferente quanto a pressão para retorno às aulas por falta de alimentação, além de defasagem de aprendizagem escolar.

Ribeiro-Silva (2020) estima que havia quase 14 milhões de crianças vivendo em uma família caracterizada por insegurança alimentar infantil no Brasil em junho de 2020, ou seja, 5 a 6 vezes mais do que em todo o ano de 2018 (2,5

milhões) e 2,7 vezes mais que durante o pico da grande crise de 2008 (5,1 milhões).

Os dados sobre a insegurança alimentar são apoiados por reportagens que mostram níveis recordes de visitas a bancos de alimentos durante o início da pandemia e a escassez de recursos para atender à demanda por alimentos. De acordo com o Carvalho (2021), um em cada sete brasileiros dependia de auxílios de alimentos antes da pandemia, com a demanda dobrando ou triplicando em muitos lugares já nas primeiras semanas da crise.

Apesar de as escolas, em muitos casos, fornecerem kits de alimentação para os alunos, estes não eram entregues na residência dos alunos e ficavam sob a responsabilidades dos pais se direcionar até a instituição e retirar os kits. Alguns pais, principalmente de setores distantes e da zona rural, encontraram dificuldade para conseguir retirar seus kits, pois as escolas não disponibilizavam de transporte para fazer essas entregas em domicílio, ainda que em situações de aulas presenciais o transporte escolar também seja um direito garantido que poderia ser usado para essa entrega ao menos uma vez por mês.

Segundo notícia disponível no site da Câmara dos Deputados (AGÊNCIA CÂMARA, 2021) em outubro de 2021, consta que mais de 30% dos alunos da rede pública não receberam nem um tipo de ajuda alimentar, e 21% receberam apenas uma cesta até os 15 meses de pandemia. Isso a despeito da Lei 13987/20 que, desde 07 de abril de 2020, autorizou, dado o fechamento das escolas em situações de risco à saúde pública, como da pandemia de Covid-19, a distribuição dos alimentos que seriam servidos nas escolas públicas de todo país para os alunos consumirem em suas casas.

Diz a ementa da Lei 13987/20:

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. (BRASIL, 7 de abril de 2020)

A reportagem continua com a representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) Selma Maquiné explicando as dificuldades logísticas na entrega dos kits de alimentos para os alunos e também o baixo valor pago pelo PNAE que varia de R\$ 0,35 a R\$ 1,07, por aluno, ao dia. O valor pago por aluno

pelo PNAES também foi questionado. Podemos concluir que era inviável fazer a entrega diária desses alimentos, porém um kit de alimentos mensal seria viável, ao menos para ser retirado na escola junto com os roteiros de estudo.

Corrêa *et all* (2020), observaram que 17,2% dos pais que moram com crianças menores de 18 anos relataram ter recebido alimentos em ações de caridade em 2020, evidenciando as condições deficitárias das famílias dos estudantes e auxílio insuficiente por parte do poder público. Constatam que houve descontinuidade dos princípios do PNAE, apesar da lei aprovada para distribuição de alimentos aos estudantes durante a pandemia. Detectaram que os estados em 2020 usaram diferentes estratégias de distribuição (kits de alimentação, cestas básicas ou cartões de compra) e diferentes critérios de atendimento (cadastrados no Bolsa Família ou no CadÚnico), sendo que apenas 10 estados atenderam todos os estudantes das escolas públicas nos primeiros meses após a interrupção das aulas nas unidades escolares. Contudo, muitas ações não se deram através de verba do PNAES.

4.1 Consequências Adversas do Fechamento das Escolas no Tocantins

No dia 13/03/2020, os noticiários do estado do Tocantins anunciaram que o governador Mauro Carlesse, decretava o fechamento de vários órgãos públicos e dentre esses órgãos as escolas das redes estadual e municipal também tiveram suas atividades suspensas para assim tentar amenizar o aumento do contágio pelo COVID-19.

Com as aulas suspensas as diretrizes responsáveis pelo desenvolvimento do ensino público buscaram adotar novas medidas de ensino para que os alunos não tivessem seu aprendizado prejudicado. Nesse novo cenário em que as mudanças aconteceram em massa na vida não só dos alunos, mas também de toda a população mundial, os alunos passaram a desenvolver suas atividades escolares em suas casas por intermédio do novo modelo de ensino remoto. Apesar de tantas intervenções para amenizar o impacto na rotina estudantil dos alunos, percebe-se, que alguns setores do quadro educacional não menos importantes no aprendizado do aluno, acabaram ficando desassistidos como por exemplo a merenda escolar que também foi suspensa da rotina alimentar dos

estudantes e assim muitos deles acabaram ficando vulneráveis à insegurança alimentar.

Nesse contexto, fica notável que o interrompimento das atividades do ensino público trouxe vários custos na vida das pessoas de diferentes classes sociais. Esse impacto repercutiu particularmente na vida de alunos e alunas que pertencem a famílias vulneráveis e marginalizadas.

Diante disto, os problemas já existentes no setor educacional se mostraram com mais intensidade afetando vários aspectos na sociedade e na vida dos educandos. Uma das causas mais preocupantes neste cenário de impactos é a fome, algo que vem crescendo de forma acelerada entre os familiares da classe estudantil, desde que as aulas foram suspensas e alguns alunos deixaram de ter acesso à merenda escolar gratuita fornecida pelas escolas. E com o fechamento das instituições de ensino a nutrição desses alunos mais vulneráveis ficam comprometidas.

Para falar com mais legitimidade sobre o impacto causado na vida dos estudantes devido à falta da alimentação escolar abordaremos aqui o estudo do caso de uma escola da rede estadual de ensino público localizada na cidade de Porto Nacional -TO.

A escola estadual Centro de Ensino Médio (CEM) Professor Florêncio Aires tem cerca de 295 pais ou responsáveis que matricularam crianças ou adolescentes,

A relevância dos programas de alimentação escolar (PAEs) ficou ainda mais evidente durante o período da pandemia do COVID-19, já que o acesso às escolas ficou comprometido e milhões de crianças e jovens ficaram sem receber a alimentação a que tinham direito. Ficou evidenciado na pesquisa que muitos jovens do CEM Professor Florêncio Aires dependem da merenda escolar e a valorizam e dependem do programa para o seu desenvolvimento pessoal e social. Esta situação impôs mais um grande desafio às famílias mais vulneráveis durante este período, já que, antes da pandemia, não precisavam se preocupar com uma parte da alimentação da família. Esta afirmação foi confirmada na pesquisa em que 71,4% dos responsáveis entrevistados responderam que a falta de merenda escolar contribuiu para evasão escolar e o aumento das desigualdades sociais. A situação de penúria que se configura remete a Karl Marx (1984) que afirmava que

a miséria é utilizada como um instrumento pelas classes dominantes. A desigualdade, segundo ele, é causada pela divisão de classes, dentre aqueles que têm os meios de produção, a burguesia, e aqueles que contam apenas com sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência, o proletariado. Desse modo, há reificação da pobreza e da baixa escolaridade, pois muitos aceitam qualquer trabalho oferecido pelos donos dos meios de produção (também do grande comércio hoje), mesmo sem qualquer garantia, apenas para não passarem fome. A educação deveria proporcionar meio de reflexão que possibilita transformação, como defendia Freire (1996) e alimentação é parte dela. Um povo com sistema educacional frágil e com fome não questiona. Jovens que precisam estudar sem alimentação adequada terão dificuldades de aprendizagem, seja por consequência do déficit nutricional ou pela própria sensação de fome. Assim, aumenta a evasão escolar e mantém-se vasta mão de obra de baixa escolaridade.

5 PANORAMA DE UMA ESCOLA EM PORTO NACIONAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Nesta percepção, esta pesquisa, buscou analisar uma única escola da região do Tocantins, tendo como objetivo obter um diagnóstico mais preciso sobre a importância da alimentação escolar e impacto da falta dessa alimentação gratuita na rotina alimentar dos estudantes, em específico da cidade de Porto Nacional-TO. O lócus de pesquisa, i.e, a unidade escolar Centro de Ensino Médio Professor Florêncio Aires, pertence a rede estadual de ensino público do município.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola CEM Professor Florêncio Aires, a unidade de ensino possui em sua estrutura 21 salas, das quais apenas 14 estão sendo ocupadas. A unidade escolar, conta com uma sala de recurso que atende alunos com necessidades especiais, um laboratório de informática e biblioteca que funcionam todos os dias letivos nos períodos: matutino, vespertino e noturno. Consta que, atualmente, a instituição possui um quadro com total de 52 funcionários, sendo 36 administrativos e 16 docentes. Ainda com base em tais informações, todos os docentes possuem nível superior de acordo com a disciplina que ministram, e os administrativos todos passam por capacitações e fazem exames de rotina todos os anos.

Com base no PPP (CEM PFA, 2019), a referida escola já ofertou os cursos de modalidade técnico em contabilidade, técnico em magistério, técnico em enfermagem, mas atualmente oferta apenas as três modalidades do ensino básico: Ensino Fundamental do 5^o. ao 9^o. ano, Ensino Médio da 1^a a 3^a série e o programa EJA (Educação de Jovens e Adultos) do Ensino Médio conformando um total geral de 408 alunos matriculados, sendo 4 turmas do ensino fundamental 2^a fase com um total de 118 alunos; 7 turmas do ensino médio 160 estudantes entre 1^a e 3^a série; 3 turmas do EJA com 60 educandos no 1^o semestre e 53 no 2^o. Quanto ao total de responsáveis pelos matriculados há um total de 295 pais que respondem pelos menores de 18 anos.

Quanto ao percurso da merenda escolar, a responsável pela alimentação na unidade, informou que a instituição recebe verbas do PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar) e outra contrapartida do Tesouro, considerada

como uma verba complementar. Para cumprir os termos do PNAE (BRASIL, 2009), programa este vinculado ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional) as UES devem usar 30% dos repasses das verbas para adquirir alimentos fornecidos pelo programa da agricultura familiar; priorizando os assentamentos da reforma agrária (INCRA), quilombolas e indígenas. No caso da escola pesquisada, seu PPP (CEM PFA, 2019) descreve que as compras de alimentos da agricultura familiar sempre ultrapassam os 30% obrigatórios. As informações gerais sobre o PAE no Tocantins encontram-se no site da SEDUC (<https://www.to.gov.br/seduc/programa-de-alimentacao-escolar/5vy9rc4xh3g1>).

Após a escola receber todos os recursos destinados para o custeio da alimentação escolar, a aquisição dos alimentos passa a ser feita por intermédio de licitações no comércio local. Quanto à aquisição de produtos junto a agricultura familiar, esta se dá através de cartas-convite destinadas aos produtores rurais da região. Após o recebimento de todos os recursos para o custeio da merenda, a nutricionista da regional de ensino, desenvolve as propostas de cardápios e estes são enviados para as escolas e a partir de então a equipe responsável pelo desenvolvimento da merenda escolar juntamente com os alunos do grêmio estudantil, fazem a seleção dos cardápios a serem servidos no decorrer do semestre. Nesse caso a escola não recebe lanches prontos, toda alimentação servida na escola é feita exclusivamente pelas merendeiras e servidas aos alunos no balcão da cantina, pois a escola não possui refeitório.

Para uma descrição mais precisa sobre o percurso da merenda escolar na Unidade de Ensino CEM Professor Aires, tanto antes da pandemia como no decorrer dela, foi necessário um estudo de caso para assim avaliar esse contexto.

Antes da pandemia de Covid 19, segundo a coordenadora da merenda escolar, a escola sempre ofereceu lanche aos alunos durante todos os dias letivos, exceto por um curto período ocorrido em 2019 quando houve um atraso de verbas, contudo sem prejuízo às aulas.

Em 13/03/2020, por decreto do governador, as escolas tiveram suas atividades suspensas e, por conseguinte, houve a interrupção da alimentação escolar. Segundo a Coordenadora somente a partir do dia 03/05/2021 as escolas retornaram às atividades de ensino com atendimento remoto com distribuição de

roteiros de cada componente curricular a serem estudados em casa de acordo com o proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas Diretrizes do Tocantins. A partir de então os educandos podiam retirar os roteiros de forma presencial ou virtual, porém não raro docentes ou coordenadores entregaram roteiros em domicílios de estudantes que não retiravam tampouco entregavam atividades. As atividades deveriam ser entregues quinzenalmente e os alunos tinham atendimento por grupos de *WhatsApp* ou por e-mail com algumas aulas gravadas e enviadas nos grupos.

Nesse cenário, os alunos passaram a se adaptar a este novo modelo de ensino. Ao longo de todo o período de suspensão de aulas presenciais, os professores e alunos tiveram também alguns encontros através do Google Meet e, em 2021, houve a possibilidade de plantão de dúvidas agendado com os docentes. Essa rotina se deu por todo período em que foi adotado o ensino remoto durante o ano de 2020 e em 2021 até o retorno parcial do presencial.

Ao retornar parcialmente às atividades presenciais no dia 31/08/2021 a escola adotou um sistema híbrido no que se refere ao atendimento aos estudantes, no qual os estudantes cujos pais autorizassem voltaram às aulas na UEEU, enquanto os pais que preferissem podiam assinar termo em que optaram por continuar com os roteiros em sistema remoto. Entretanto, não se trata de uma das metodologias de ensino híbrido (BACICH, TANZI NETO; TREVISANI, 2015; SILVA NETA; CAPUCHINHO, 2020), ainda que o governo do Tocantins assim denominasse.

Nesse período retornaram às aulas presenciais apenas 20 alunos do ensino médio e 28 do ensino fundamental. A maioria optou por continuar de forma remota e os alunos do EJA todos optaram por continuar em suas casas desenvolvendo suas atividades de forma remota.

5.1 Percurso da alimentação escolar durante a Pandemia de COVID-19 na Unidade Escolar CEM Professor Florêncio Aires

Com a interrupção das aulas presenciais, os estudantes não receberam mais a merenda na unidade escolar. A fim de termos maior acesso aos envolvidos e ao impacto da suspensão das aulas na segurança alimentar dos estudantes, realizamos, além da leitura do Plano Político Pedagógico da escola, visitas de

observação, entrevista com perguntas abertas com a coordenadora pedagógica do Ensino Médio e com a responsável pela merenda, além de questionários respondidos online, sendo um com perguntas para os trabalhadores da unidade e outro para pais dos estudantes. Ressaltamos que, ambos os questionários foram respondidos voluntariamente e de forma anônima. Exploraremos as entrevistas em um bloco e os questionários em outro para realizarmos uma análise do contexto geral de acordo com os participantes.

5.1.1. As entrevistas com a coordenadora e com a responsável pela cantina.

Em conversa com envio de áudios via aplicativo de mensagem *Whatsapp* com perguntas abertas, a coordenadora da alimentação da UE afirmou que não houve compra de gêneros alimentícios durante esse período, embora a unidade escolar continuasse recebendo o valor mensal destinado pelo PNAE. Segundo ela, para seguir as normas adotadas pelas organizações superiores do estado foi ordenado à instituição realizasse doações dos alimentos em estoque para os familiares dos alunos da unidade escolar.

Ainda com base nessas informações foi afirmado pela responsável da cantina que, no período em que as aulas estiveram suspensas, a escola recebeu do governo estadual duas remessas de cestas básicas para serem distribuídas às famílias dos alunos, sendo determinada uma cesta para cada aluno matriculado. Desse modo, algumas famílias receberam mais de uma cesta em cada uma das duas oportunidades por terem mais de um filho matriculado na escola.

Vale ressaltar que, após o retorno às aulas presenciais para os estudantes cujos pais optaram por isso em setembro, apenas os alunos que retornaram a frequentar a escola voltaram a ter acesso à merenda oferecida pela instituição de ensino público. Ainda segundo a coordenadora, não houve nova distribuição de cestas ou quaisquer outros alimentos aos estudantes cujos pais optaram pelo ensino remoto com roteiros de estudo.

Em informações contidas no PPP (CEM PFA, 2019), o corpo discente é caracterizado em sua maioria por alunos de baixa renda, que constantemente enfrentam problemas psicológicos como depressão, além de desestrutura familiar e falta de participação dos pais seja por falta de tempo, desinteresse ou baixa

escolaridade, o que leva à acomodação ou a dificuldades de aprendizagem ou à baixa autoestima dos estudantes.

Após observar a unidade escolar Professor Cem Florêncio Aires e por intermédio de entrevista por áudio via *whatsapp* obter informações de que a pandemia COVID-19 não causou apenas a suspensão das aulas como também deixou muitas famílias desempregadas e com os filhos em casa devido o isolamento social. Conseqüentemente esses estudantes perderam o direito a merenda escolar, e seus provedores desempregados não têm como custear a alimentação adequada para família. Neste caso, a entrevista com a coordenadora da merenda escolar revelou que, no período de distanciamento, a escola vem desenvolvendo ações voluntárias entre os servidores com o intuito de arrecadar alimentos e destinar às famílias mais necessitadas, como também buscam combater a evasão escolar.

Nesse período de Pandemia e isolamento social, o estado destinou às escolas apenas duas remessas de cestas básicas para auxiliar na rotina alimentar das famílias e tentar garantir a segurança alimentar desses alunos enquanto eles desenvolvem suas atividades em sua casa, porém diante do resultado do estudo aplicado na escola, ficou evidente que a comunidade estudantil de tal instituição ao longo da pandemia passou a enfrentar vários desafios para assim permanecer estudando. O mais destacado foi a insegurança alimentar, pois com a ineficácia das medidas tomadas pelo governo para auxiliar na alimentação dos alunos, restou aos servidores da escola desenvolverem ações para ajudar os estudantes e seus familiares, evitando assim um dano maior na segurança alimentar desses alunos.

Em notícia de 25/01/2022, o Jornal Conexão do Tocantins informa o retorno 100% presencial das aulas na rede municipal da cidade de Porto Nacional. Seria em 01 de fevereiro, porém foi adiado para dia 14 do mesmo mês devido ao aumento dos casos de Covid 19 na variante Ômicron. Destacamos a fala da secretária de educação, Helane Dias, que aponta como grandes motivos para 100% do retorno presencial o agravamento da evasão escolar devido a vários problemas nas famílias dos alunos no período da pandemia, entre eles defasagem de aprendizagem, depressão por falta de socialização, falta de equipamentos para estudo remoto, falta de emprego e a fome. Pode-se entender

que a merenda escolar com as aulas presenciais poderia diminuir a insegurança alimentar dessas crianças, contudo sem esquecermos que a legislação permite que durante a pandemia as crianças recebam kits de alimentos ou o valor equivalente à merenda mensal. Não está claro, porém, se com retorno parcial, aqueles que fiaram em casa poderiam receber os kits

5.1.2. O questionário aplicado aos professores e servidores

Com o intuito de analisar o conhecimento dos trabalhadores da UE pesquisada quanto à alimentação escolar, foram aplicados, tanto aos professores como aos demais servidores, questionários, com 11 perguntas fechadas e uma aberta opcional. Os questionários foram distribuídos por link compartilhado pela coordenação pedagógica. Obtivemos um total de 37,5% respostas dos professores (3) e 62,5% (5) dos demais servidores.

Constatamos que os servidores têm consciência da importância da alimentação escolar para o desempenho dos alunos, pois todos responderam afirmativamente à pergunta 2: “Você acha que uma boa alimentação é importante para o aprendizado de crianças e adolescentes?”, sendo que 7 dos 8 respondentes também responderam “sim” à questão 3: “Você acha que a falta da merenda nas escolas contribui para a evasão escolar?”. Por fim na questão 4, observaram que o rendimento dos alunos aumenta após uma boa alimentação, como podemos conferir no gráfico:

Gráfico 1. Pergunta 4 do questionário respondido por docentes e demais servidores
Você observa se os alunos ficam mais atentos após uma boa alimentação?



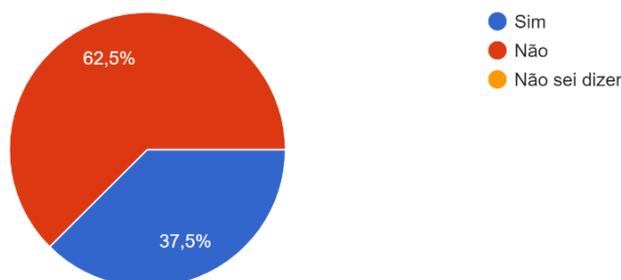
Fonte: Cavalcante, 2021

A questão 6: “Na instituição em que você trabalha existe merenda escolar em todos os períodos letivos e durante todo o mês?” teve como objetivo conhecer a realidade do percurso da alimentação escolar dentro da instituição antes da pandemia, 87,5% (7 pessoas) respondeu que: ‘sim’, existe merenda nos três períodos e ‘não’ falta durante o mês. Apenas 12,5%, ou seja, 1 pessoa, afirmou que, existe merenda nos três períodos, mas algumas vezes falta durante o mês. Isso está de acordo com o informado pela coordenadora que disse que em 2019 faltou merenda em um período. Isso foi logo antes da pandemia e ficou na memória dessa pessoa. Por outro lado, na questão 7: se escola já teve suas atividades suspensas devido à falta de merenda, 62,5% responderam que a unidade escolar nunca interrompeu suas atividades pedagógicas, independentemente de haver merenda escolar ou não; e 37,5% responderam que a escola já dispensou os alunos em dias que houve a falta do lanche. Assim como demonstra o seguinte gráfico:

Gráfico 2. Pergunta 7 do questionário respondido por docentes e demais servidores

7. Por falta de merenda escolar sua escola já teve que suspender as aulas ou dispensar os alunos mais cedo?

8 respostas



Fonte: Cavalcante, 2021

As questões 8 e 9 estão relacionadas ao contexto de suporte e auxílio de alimentação que os alunos receberam da instituição no período da pandemia, buscando também obter conhecimento sobre as providências tomadas pela secretaria de educação para amenizar o prejuízo causado aos estudantes mediante a falta da merenda escolar em sua rotina alimentar. Na pesquisa aplicada, o gráfico aponta: 87,5% dos participantes afirmam que a secretaria de educação do estado enviou cestas básicas para que fossem entregues aos

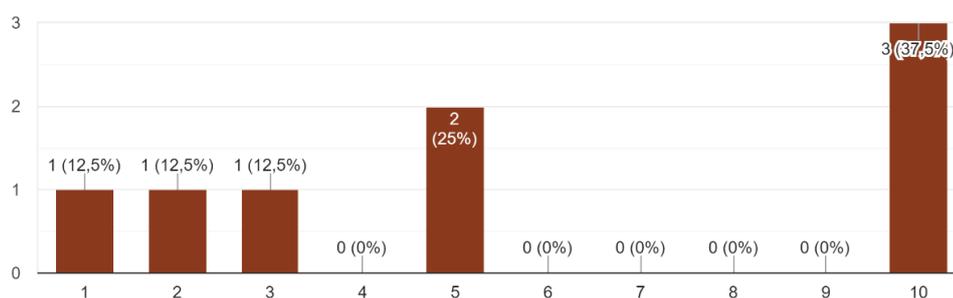
familiares dos alunos, sendo que apenas 12,5% afirmaram desconhecer se isso ocorreu.

A questão seguinte buscou averiguar a quantidade de cestas básicas fornecidas pela SEDUC de conhecimento dos trabalhadores da UE teria chegado até as famílias impactadas com a falta de merenda escolar.

Gráfico 3 - Pergunta 9 do questionário respondido por docentes e demais servidores

9. Quantas cestas de alimentação a escola entregou, através da Secretaria de Educação, para os alunos durante o período da pandemia?

8 respostas



Fonte: Cavalcante, 2021

Vemos que 12,5% dos servidores/docentes respondentes afirmaram que cada aluno recebeu 1 cesta básica; 12,5% que seriam 2 cestas básicas; 25% afirmam terem sido entregues 5 cestas básicas e 37% declaram que durante todo o período em que as aulas estiveram suspensas foram entregues 10 ou mais cestas de alimentos básicos para os alunos. Porém, já informamos que a escola afirma que receberam da secretaria do estado apenas duas remessas de cestas, sendo que cada aluno recebeu uma cesta de cada remessa. Aqui também percebemos que os funcionários da UE não sabiam bem o processo de distribuição das cestas de SEDUC e das ações da comunidade.

Na questão 10: “Durante o período da pandemia os servidores da instituição escolar desenvolveram alguma ação social (sem participação do governo estadual) para ajudarem alunos que se encontravam em situações desprovidas de alimentos e outros recursos?”, 87%, 7 servidores respondentes, afirmam que ocorreu participação dos membros da unidade escolar em ação social para ajudar esses alunos, mas 12,5% (1) disseram que não houve. Na última pergunta, 50% dos funcionários afirmam que a escola continuou recebendo as verbas do PNAE mesmo diante da suspensão das aulas. Outros 50% dizem que não. Nos parece que nesse caso,

assim como na distribuição de cestas, nem todos estavam a par dos acontecimentos da UE.

Ressaltamos que durante o período em que as atividades presenciais foram suspensas, os alunos passaram a desenvolver suas atividades em casa, porém sem a alimentação gratuita que recebiam durante os dias letivos na escola. O que intriga neste acontecimento é o fato de as verbas do PNAE serem repassadas todos os meses para as escolas, porém os alunos não usufruíram deste auxílio de forma mensal ou semanal, tendo em vista que a Lei 13987/20 permitiu a entrega de alimentos a esses estudantes, bem como houve divulgação do valor diário da merenda por aluno em 2020 e 2021 para o Tocantins¹. Ainda assim, os estudantes receberam no período de 13/03/2020 até o término 2021 apenas duas cestas de alimentos básicos através da SEDUC.

Para concluir os questionários de perguntas direcionadas aos servidores, a questão 12 foi elaborada de forma aberta: “Comente qualquer coisa a mais que ache importante para pensar a questão da alimentação escolar no período de pandemia.”, Obtivemos 6 comentários:

R1 A alimentação escolar é uma importante política de proteção social e promoção da educação. Entretanto, durante o período pandêmico o acesso às escolas ficou comprometido para milhões de crianças em todo país e deixaram de receber a alimentação escolar, por consequência, milhões de famílias ficaram em maior vulnerabilidade, pois a grande maioria não precisava se preocupar com parte da alimentação familiar já que a escola promovia parcialmente para escolas regulares ou integralmente para escolas de tempo integral.

R2: Extremamente importante a alimentação para a aprendizagem, porém acho que a quantidade servida não é suficiente. Vejo o trabalho sobre alimentação saudável e depois servem cachorro-quente com salsicha aos alunos.

R3: A alimentação condiciona ao aluno melhores condições de aprendizagem, e também contribui para melhorar a frequência do aluno.

R4: Ter uma refeição matinal e outra no intervalo.

R5: A escola desenvolver uma ação para arrecadar alimentos, e montar cestas básicas para alguns alunos e seus familiares durante o período da pandemia.

R6 Precisa mais apoio do governo em relação alimentação

¹ Em 2020, portaria da SEDUC indica R\$0,78 *per capita* para ensino período parcial no Ensino Fundamental e no Médio. Disponível em <https://central.to.gov.br/download/209445>. Acesso em 05/02/2022. Em 2021, o valor indicado em portaria foi de R\$0,96 e EJA R\$0,92 *per capita*. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/209446>.

Percebemos a preocupação dos trabalhadores da UE no fornecimento de alimentação adequada durante o período letivo, mas apenas os respondentes 1 e 5 fizeram observações sobre ações durante o período de pandemia. Como observamos no início, as políticas públicas envolvem toda a sociedade. Os trabalhadores da educação são atores primordiais mesmo que indiretamente ligados com a alimentação escolar.

5.1.3 Questionário aplicado aos pais ou responsáveis dos estudantes

Com propósito de acessarmos a situação dos estudantes quanto a falta de merenda escolar, construímos um questionário de 11 perguntas fechadas e uma para comentários. Ele foi disponibilizado pela coordenadora pedagógica e docentes via grupos de *whatsapp* em que os pais e estudantes participam para apoio de aprendizagem com os roteiros resolvidos em domicílio. Obtivemos 28 respondentes dos 295 responsáveis durante a última semana de novembro e primeira de dezembro. Temos uma amostra de 9,6% dos responsáveis para averiguar e analisar a rotina das crianças no período remoto e a situação alimentar e econômica das famílias por conta da pandemia proveniente da COVID-19.

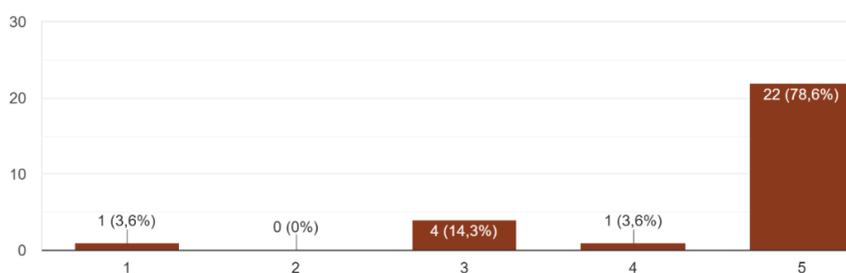
Sabemos que muitos responsáveis não tiveram acesso ao questionário por não participarem dos grupos e outros possivelmente tiveram dificuldades para responder ou ainda não viram necessidade em respondê-lo por motivos diversos.

Perguntamos aos responsáveis, “Em uma escala de 0 a 5 em sua opinião, o quanto uma boa alimentação influencia o aprendizado das crianças e adolescentes”

Gráfico 4. Pergunta 2 do questionário aplicado e respondido por pais/responsáveis

Em uma escala de 1 a 5, em sua opinião, o quanto uma boa alimentação influencia o aprendizado das crianças e adolescentes:

28 respostas



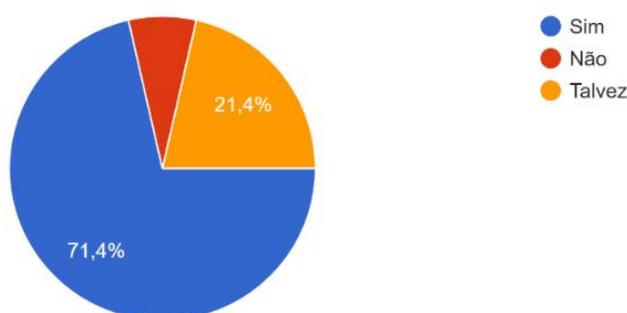
Fonte: Cavalcante, 2021

Dos 28 respondentes, 96,3% reconheceram haver influência da alimentação escolar, sendo que 78,6% afirmaram que a alimentação escolar adequada é essencial nas escolas para um bom aproveitamento dos conteúdos. Em seguida, verificamos o quanto os responsáveis identificam a influência da falta de merenda com a evasão escolar.

Gráfico 5. Pergunta 3 do questionário aplicado e respondido por pais/responsáveis

Você acha que a falta da merenda nas escolas contribui para a evasão escolar?

28 respostas



Fonte: Cavalcante, 2021

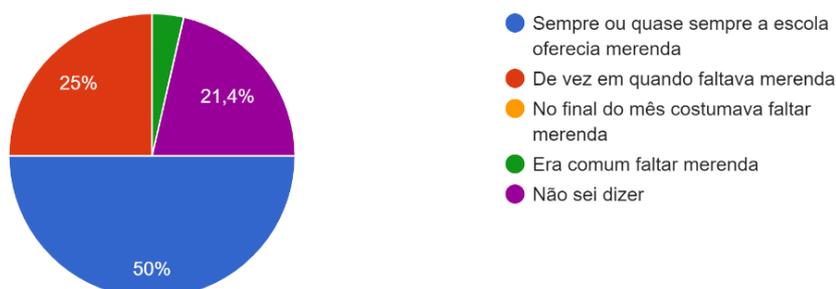
Os responsáveis demonstram acreditar que a falta de merenda contribui para a evasão escolar, sendo que 71,4% respondem afirmativamente e 21,4% entendem que talvez a ausência de alimentação escolar influencie na evasão e apenas 3,6% não vê a relação. Reforçando a importância das suas colocações, 100% dos pais ou responsáveis indicaram acreditar que uma boa alimentação escolar na rotina alimentar dos seus filhos contribui para que a criança ou adolescente tenha melhor aprendizado.

Seguindo com a questão 4, foi indagado aos responsáveis se, no período antes da pandemia (até março de 2020), a escola oferecia merenda todos os dias letivos, e os dados gráficos apontaram que: 50% dos responsáveis (14) afirmaram que “sempre ou quase sempre a escola oferecia merenda”; 25% (7) marcaram que “de vez em quando faltava merenda” e 3,6% (1) afirmam que era comum faltar merenda; 21,4% (6) não souberam dizer, conforme dados abaixo:

Gráfico 6 – Pergunta 4 do questionário aplicado e respondido por pais/responsáveis

4. No período antes da pandemia (até março de 2020), a escola oferecia merenda em todos os dias de aula?

28 respostas



Fonte: Cavalcante, 2021

As respostas condizem com a afirmação da coordenadora de alimentação de que ocasionalmente faltou merenda no ano de 2019, porém observamos que um número considerável dos responsáveis, 21%, não conhece bem a rotina alimentar na UE: de todo modo.

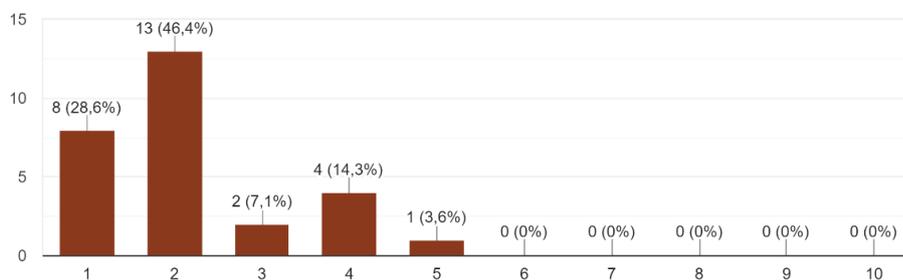
No questionário aos servidores a questão 5 destacou 87,5% dos participantes afirmaram que desenvolveram ações com intuito de prover alimentos para as famílias mais necessitadas durante esse período pandêmico, no questionário aplicado aos pais dos alunos, 50% dos entrevistados afirmaram saber das ações dos funcionários, 39,3% afirmaram não ter conhecimento de tal do fato e 10,7% disseram que não houve. Vale ressaltar que, segundo informações fornecidas pela coordenadora, este suporte era direcionado apenas às famílias mais impactadas, assim pode-se crer que nem todos os responsáveis souberam das ações voluntárias dos funcionários da UE.

Com intuito de fazer uma comparação entre a colocação dos funcionários e a colocação dos pais entrevistados, a questão 7 buscou saber quantos kits de alimentação os alunos teriam recebido durante o período da pandemia através do governo estadual.

Gráfico 7. Pergunta 9 do questionário aplicado e respondido por pais/responsáveis

9. Durante o período da pandemia quantas cestas de alimentação você recebeu da escola para seu(s) filho(s)?

28 respostas



Fonte: Cavalcante, 2021

As respostas dos responsáveis estão bem próximas do informado pela coordenadora e pela responsável pela AE, duas cestas por aluno durante o período 2020/2021. Há famílias que declararam ter dois filhos matriculados que 28,6% (8) afirmou ter recebido 1 cesta; 46,4% (13) afirmou ter recebido 2 cestas básicas; 7,1% (2) declarou que recebeu 3 cestas; 14,3% (4) receberam; 3,6% (1) afirmou ter recebido 5 cestas, sendo esse quantitativo referente as duas remessas de kits alimentícios que a escola distribuiu aos familiares. Também vale destacar que alguns familiares receberam ajuda que veio das ações voluntárias desenvolvidas pelos servidores da organização educacional Professor CEM Florêncio Aires. Dos pais entrevistados, 71,4% (20) informaram ter 1 filho matriculado no CEM Florêncio e 28,6% (8) se colocaram como responsáveis por 2 filhos, porém nos foi informado pela coordenadora pedagógica que há famílias com até 5 estudantes na UE. É muito provável que os responsáveis que afirmaram ter recebido mais de duas ou quatro cestas (o máximo possível segundo as respostas) desconhecem que outras ações de arrecadação de alimentos feitas por servidores da escola e as atribuíram à SEDUC do TO. Podem também ter matriculado o(s) filho(s) apenas em 2021 ou não entenderam a pergunta. Seria necessário contatar os pais para resolver a dúvida, porém os questionários foram respondidos anonimamente.

A pergunta 9 buscou analisar a situação financeira dos familiares responsáveis pelos alunos matriculados na UE, nesta, 82,1% dos entrevistados afirmaram que a renda bruta da família se define é até 1 salário-mínimo; 7,1% declaram sua renda de até 3 salários-mínimos; 10,7% não quiseram declarar.

Seguindo com a pergunta 10, referente ao grau de escolaridade dos entrevistados, os dados apontam que: 37,7% dos pais entrevistados concluíram até o 2º ano do ensino fundamental; 7,1% cursaram até o 5º ano do Fundamental, 17,9% completaram os 9 anos do ensino fundamental, 7,1% possuem ensino médio incompleto, 35,7% concluíram o Ensino médio, 3,6% não completaram o ensino superior, 17,9% têm superior completo e 7,1% concluíram pós-graduação. Para melhor compreensão, pode se observar os dados numéricos presentes no gráfico da pesquisa:

Gráfico 8. Pergunta 11 do questionário aplicado e respondido por pais/responsáveis

11. Qual a escolaridade da pessoa que estudou mais na casa?
28 respostas



Fonte: Cavalcante, 2021

Observando estas informações referente ao perfil dos familiares dos educandos que fazem parte da comunidade escolar CEM Professor Florêncio Aires, percebe-se que esta estatística de dados define que a instituição analisada possui um público estudantil de famílias de baixa renda (82,1%) e baixa escolaridade (45%). Neste sentido torna-se possível observar um cenário cruzado entre a pobreza e a baixa escolaridade. Por outro lado, importa observar que há famílias com membros que concluíram o ensino superior e mesmo pós-graduação, porém parece não refletir na renda familiar, ainda que três pessoas não tenham declarado renda.

Percebe-se que o desemprego e falta de alimento não só na vida dos familiares dos estudantes da escola pesquisada, mas também em todo o Brasil, vem perpetuando o ciclo da desigualdade social enfrentada no país e o descaso para com a população menos privilegiada. Nesse caso pode ser citado que o desemprego, a falta de renda e o aumento nos preços dos alimentos básicos

contribuíram para uma má alimentação e o aumento da insegurança alimentar na vida da população durante a pandemia.

Voltamos a Quarto de Despejo, onde Carolina Maria de Jesus diz:

13 de maio de 1958.

Hoje amanheceu chovendo. E um dia simpático para mim. E o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. (...)

Continua chovendo. Eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair. (...)

... Choveu, esfriou. E o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual, a fome! (DE JESUS, 2016, p. 27)

Mesmo após tantas décadas, pode-se definir que esta situação descrita pela autora se encontra presente atualmente, e que a população vive não apenas a pandemia COVID-19, mas também a pandemia causada pela fome que afeta principalmente as classes menos favorecidas no meio social. Muitas vezes observamos durante a pandemia pessoas que tendo acesso a comer carne apenas junto com os ossos descartados pelos abatedouros e mercados. E até esses passaram a ser vergonhosamente vendidos em bandejas nos supermercados como pudemos ver em várias notícias², embora seja proibida a venda de ossos. Pessoas recorrem ao lixo ou a caridade e/ou vivem em situação de rua cada vez mais frequentemente. No dia 14/07/2021, foi noticiada na TV Anhanguera do Tocantins e publicada em texto e vídeo na página da emissora, a situação de um casal que durante o período da pandemia encontra-se em

² Algumas notícias sobre pessoas coletando ossos e de venda de ossos e carcaças:

<https://oglobo.globo.com/brasil/supermercado-no-para-vende-restos-de-peixes-imagem-repercute-nas-redes-25227928>

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/10/13/carne-de-ossos-carcaca-temperada-pe-de-galinha-pescoco-e-outros-cortes-de-terceira-tambem-ficaram-mais-caros.ghtml>

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/mercado-da-miseria-frigorificos-vendem-ossos-de-primeira-e-de-segunda-na-periferia-de-fortaleza-1.3151320>

<https://www.metropoles.com/brasil/na-vespera-do-natal-pessoas-madrugam-na-fila-dos-ossos-em-mato-grosso>

<https://www.metropoles.com/brasil/na-vespera-do-natal-pessoas-madrugam-na-fila-dos-ossos-em-mato-grosso>

vulnerabilidade social. A submanchete no portal diz: “Casal está vivendo embaixo de ponte de Palmas e depende a ajuda de outras pessoas para sobreviver. De acordo com a ONU, uma em cada quatro pessoas no Brasil corre risco de ficar sem ter o que comer” (TV ANHANGUERA, 2021)³.

Então, percebemos que a falta de apoio de políticas públicas contra a fome e a pobreza tem levado a uma situação crescimento geral da vulnerabilidade social chegando à miséria, não mais apenas em grandes metrópoles ou locais isolados, mas atingindo 25% da população brasileira em algum sentido. Tal condição remete ao poema de Manuel Bandeira,

O bicho

(Manuel Bandeira, dez. 1947)

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem (Bandeira, 1986, p. 201/202)

³ <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/07/14/inseguranca-alimentar-cresce-com-a-pandemia-e-agrava-situacao-de-familias-a-gente-almocou-banana-com-farinha-e-melancia.ghtml>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizamos que a insegurança alimentar e a fome no Brasil decorrem, antes de tudo do seu passado histórico marcado por lutas em busca de conquistas dos direitos sociais. Nesta perspectiva, o programa da alimentação escolar é fruto de lutas pelo direito à alimentação adequada, sendo também uma política pública que busca não apenas amenizar a fome e a miséria, mas também tem o intuito de proporcionar o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o bom rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis na vida dos milhares de estudantes matriculados na rede pública de ensino.

Durante o período de pandemia as políticas precisaram ser reorganizadas, o PNAE também precisou ser reorganizado e apresentar mudanças na legislação com adaptações na sua forma de operacionalização, para assim dar continuidade a manutenção do SAN e dos beneficiários, no entanto percebe-se que, mesmo com várias medidas tomadas para amenizar o prejuízo na segurança alimentar dos alunos, tais mediações e mudanças de leis não tiveram eficácia quando postas em prática, em vista que como observado no decorrer de todo percurso deste estudo, o que existe no momento é a escassez de alimentos. Fato presente não apenas em um local específico, mas também em todo território nacional, neste caso as autoridades governamentais devem observar que o cenário de famílias e crianças expostas à insegurança alimentar é algo tão preocupante quanto os prejuízos causados na economia mundial devido ao impacto da pandemia de COVID-19 e isso não deve ser tratado com descaso e negligência.

Neste contexto vale reforçar a importância da sociedade civil organizada em defesa das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, em especial no apoio e sustentabilidade ao PNAE, bem como reforçar o seu papel no estado como um dos protagonistas para combater a fome e reduzir a miséria, contribuindo assim para o fortalecimento das políticas sociais existentes, como também garantir que as políticas de auxílio à alimentação escolar em casa, devem ser promovidas com urgência. Há que se ter em vista que além da operacionalização no período da pandemia, há a necessidade de se criar

estratégias a serem implementadas após a pandemia. Amorim *et al.* (2020) sugerem realizar levantamento da insegurança alimentar dos estudantes, manutenção da equidade da política pública com o aumento do repasse para os Municípios com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) baixo e muito baixo e o atendimento às famílias em insegurança alimentar durante as férias e recesso escolar, pois se a segurança alimentar não for acompanhada durante todo o tempo, não surte o efeito esperado na política pública de alimentação escolar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Pesquisa aponta que 30% dos alunos da rede pública não receberam merenda escolar durante a pandemia.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/820583-pesquisa-aponta-que-30-dos-alunos-da-rede-publica-nao-receberam-merenda-escolar-durante-a-pandemia/>. Acesso em 03/02/2022.

ALPINO, Tais de Moura Ariza. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00161320, 2020.

AMORIM, Ana Laura B. de; RIBEIRO, José Raimundo S.; BANDONI, Daniel Henrique. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1134-1145, 2020.

BANDEIRA, Manuel de. **Estrela da vida inteira**. 14a ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando (orgs.) **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BICALHO, Daniela; LIMA, Tácio De Mendonça. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, p. 52076, 2020.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. **Lei 13987/20** de 7 de abril de 2020. Brasília: Portal da Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-13987-7-abril-2020-789956-norma-pl.html>.

BRASIL. Lei 11.947/2009. **Lei da Alimentação Escolar**. Brasília: Portal da Câmara dos Deputados, 16 de junho de 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11947-16-junho-2009-588910-norma-pl.html>.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15/01/2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1940**, de 25 de maio de 1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24/01/2022.

CARVALHO, Genyvana Criscya Garcia. Agricultura familiar e alimentação escolar: reflexos da pandemia de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e13910413911-e13910413911, 2021.

CENTRO DE ENSINO MÉDIO PROFESSOR FLORÊNCIO AIRES. **Plano Político Pedagógico**. Porto Nacional, 2019.

CONEXÃO TOCANTINS. **Aulas 100% Presenciais Nas Escolas Da Rede Municipal De Porto Nacional Iniciam Em 1º De Fevereiro**. 25/01/2022. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2022/01/25/aulas-100-presenciais-nas-escolas-da-rede-municipal-de-porto-nacional-iniciam-em-1o-de-fevereiro>. Acesso em 27/01/2022.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE. **Carta de Ottawa**. Ottawa, 1986. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicações/carta_ottawa.pdf. Acesso em 31/01/2022.

CORRÊA, Elizabeth Nappi. Alimentação escolar em tempos de Covid-19: mapeamento das estratégias de execução da política pública pelos gestores estaduais. **Revista de Nutrição**, v. 33, p. e200169, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/ChKdfTj4nL45dpXtPsKSNsP/?lang=en>

DA CUNHA, Danielle Braz Amarílio. **O impacto da pandemia de Covid-19 na saúde mental e física de crianças e adolescentes: uma revisão narrativa**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 7, p. e8484-e8484, 2021.

DA SILVA, Vilma Corrêa Amâncio. A Mate com Angu e Suas Estratégias Contra a Evasão Escolar (1921-1937): Duque de Caxias na História da Educação Brasileira. **RECÔNCAVO**: Revista de História, vol 4 num. 6. UNIABEU, 2014. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/1387>.

DA SILVA NETA, Mariana; CAPUCHINHO, Adriana. Ensino híbrido em evidência: análise e reflexões sobre aulas de linguagens no modelo de rotação por estações de aprendizagem. ARAUJO, Marcus de Souza. **Tecnologias digitais e metodologias ativas em contextos diversos**. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/ss0e500>. Acesso em: 31/01/2022.

DE JESUS, Carolina Maria **Quarto de despejo**: Diário de um Favelada. São Paulo: Ática, 2016.

PEREIRA, Alessandra da Silva *et al.*. **Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19**.

Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 8, p. 63268-63282, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15842/13001>. Acesso em 01/02/2022.

FREITAS, Maria do Carmo Soares; PENA, Paulo Gilvane Lopes. **Fome e pandemia de COVID-19 no Brasil**. Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020.

GURGEL, Aline do Monte. **Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 4945-4956, 2020.

GUTIÉRREZ, Adriana Coser. **Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia de Covid-19**. 2020.

IPHAN (*website*). História - Porto Nacional (TO). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1221/>. Acesso em 24/01/2022.

SOBRINHO JUNIOR, João Ferreira; MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **A COVID-19 e os reflexos sociais do fechamento das escolas**. Dialogia, n. 36, p. 128-148, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18249>

MARX, Karl. **Miséria e Filosofia**. Editora Flama Ltda., São Paulo, 1984. Tradução e introdução de Miguel Macedo.

OLTRAMARI, Karine. **Estratégias de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 na Alimentação Escolar do Município de Curitiba-PR**. Revista Contexto & Saúde, v. 20, n. 41, p. 80-89, 2020.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira. A alimentação saudável e a promoção da saúde no contexto da segurança alimentar e nutricional. **Saúde em Debate**, vol. 29, núm. 70, maio-agosto, 2005, pp. 125-139. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde Rio de Janeiro, Brasil.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia. **Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 3421-3430, 2020.

RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950): políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. In: Estudos de Cultura Material. **Anais do Museu Paulista 15 (2)** São Paulo: Museu Paulista, dez, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/vhs49BvWpcd38PphSmHLNYx/?lang=pt>. Acesso em: 07/02/2022.

SALUTO, Douglas Rodrigues; RANGEL, Tauã Lima Verdan. O Programa De Merenda Escolar e a Promoção do Direito à Alimentação no Cenário da Pandemia da Covid-19. **Boletim da Conjuntura**. Ano IV, Volume 9, Nº25, Boa Vista: janeiro, 2022. Disponível em: <http://www.ioles.com.br/boca>. Acesso em 02/02/2022.

STEFANINI, Maria Lucia Rosa, **Merenda Escolar**: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais das crianças. 1998.

STROPASOLAS, Pedro; GIOVANAZ, Daniel. Brasil com fome: pandemia e desmonte do Estado agravam drama dos trabalhadores. **Brasil de Fato** (website), 11/08/2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/11/brasil-com-fome-pandemia-e-desmonte-do-estado-agravam-drama-dos-trabalhadores>. Acesso em 03/02/2022.

TOCANTINS. **Documento Curricular do Tocantins - Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Palmas: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, 2019. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/documento-curricular-do-tocantins-educacao-infantil-e-ensino-fundamental/3pxz92xtgb1p#:~:text=O%20Documento%20Curricular%20do%20Tocantins%20divide%20se%20em%20quatro%20Cadernos,Os%20profissionais%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20docente%3B>. Acesso em: 20/10/2021.

TV ANHANGUERA. **Insegurança alimentar cresce com a pandemia e agrava situação de famílias**: 'A gente almoçou banana com farinha e melancia'. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/07/14/inseguranca-alimentar-cresce-com-a-pandemia-e-agrava-situacao-de-familias-a-gente-almocou-banana-com-farinha-e-melancia.ghtml>. Acesso em: 06/02/2022.

UNICEF. **A perda de mais de 39 bilhões de merendas escolares desde o início da pandemia anuncia uma crise nutricional, dizem UNICEF e PMA**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/perda-de-mais-de-39-bilhoes-de-merendas-escolares-desde-o-inicio-da-pandemia-anuncia-crise-nutricional> 28/01/2021 Acesso em 03 de fevereiro de 2022.

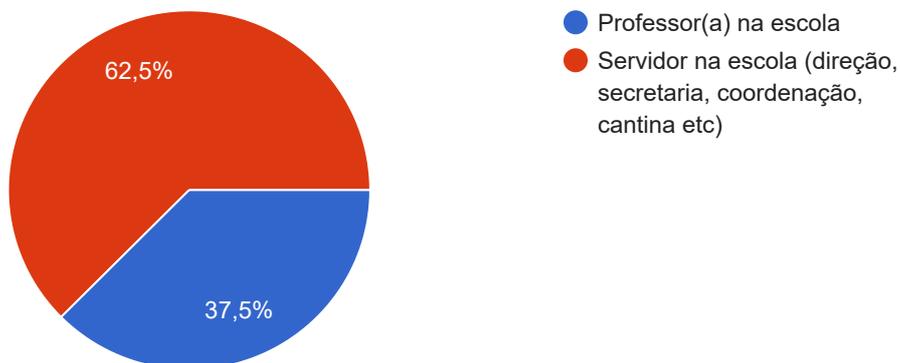
ANEXO A - Questionário para professores e servidores

Alimentação escolar durante a pandemia - professores e servidores

8 respostas

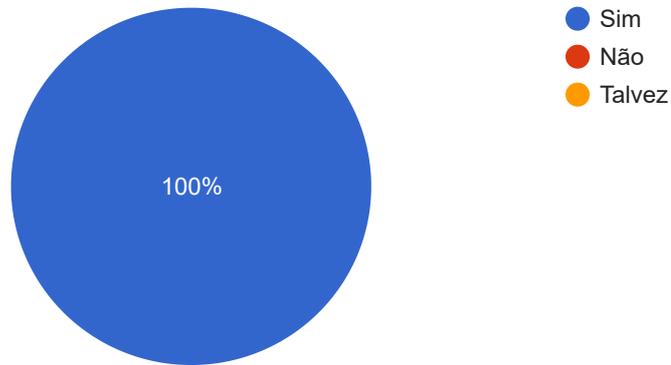
Você é

8 respostas



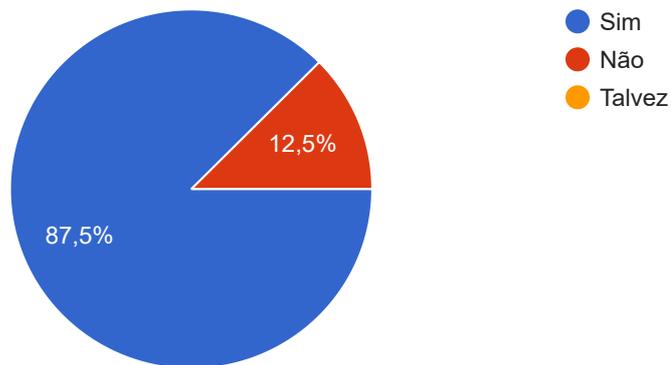
Você acha que uma boa alimentação é importante para o aprendizado de crianças e adolescentes?

8 respostas



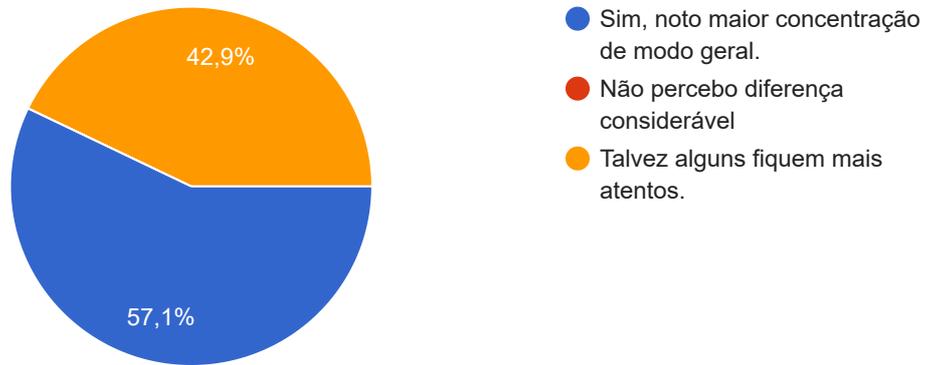
Você acha que a falta da merenda nas escola contribui para a evasão escolar?

8 respostas



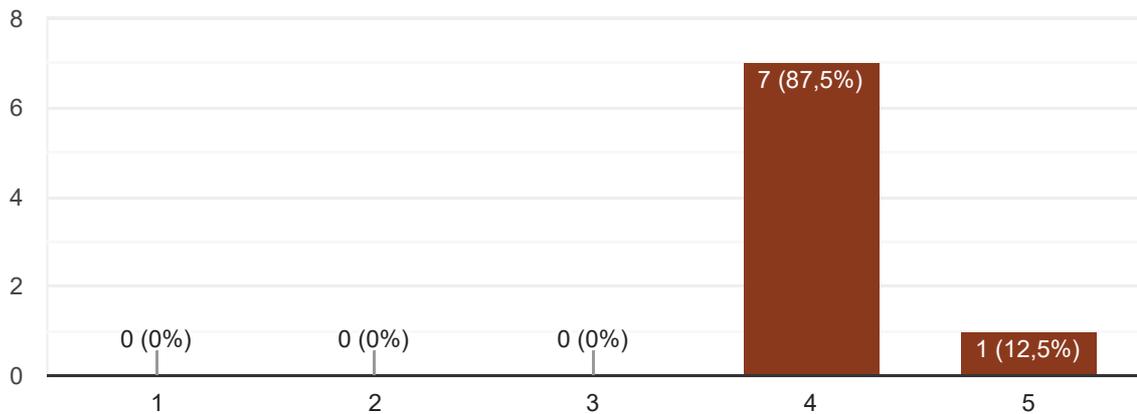
Se você é PROFESSOR(a): Você observa se os alunos ficam mais atentos após uma boa alimentação? Se não é professor(a) pule para a seguinte.

7 respostas



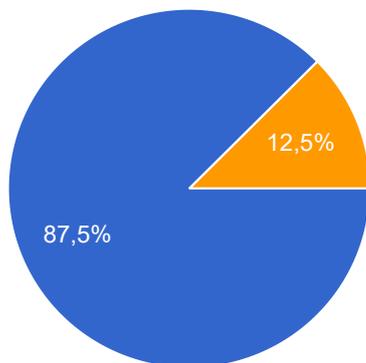
Como coordenadora pedagógica ou servidor de outra área, você tem conhecimento da realidade social dos estudantes da sua instituição educacional?

8 respostas



Na instituição em que você trabalha existe merenda escolar em todos os períodos letivos e durante todo o mês?

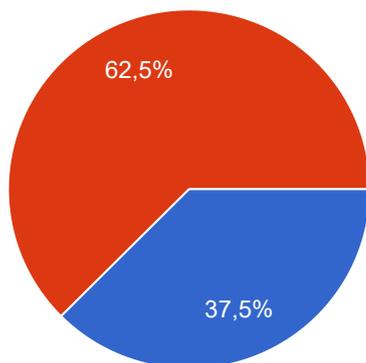
8 respostas



- Sim, existe merenda nos três períodos e não falta durante mês.
- Existe merenda nos três períodos, mas por vezes falta alguns dias do mês
- Existe merenda nos três períodos, mas costuma faltar alguns dias do mês
- Não existe merenda no noturno

Por falta de merenda escolar sua escola já teve que suspender as aulas ou dispensar os alunos mais cedo?

8 respostas

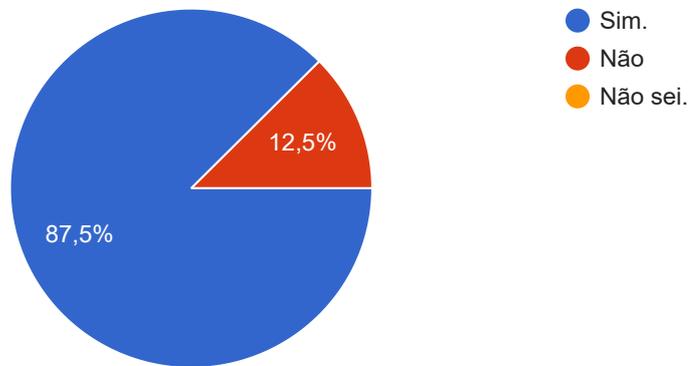


- Sim
- Não
- Não sei dizer



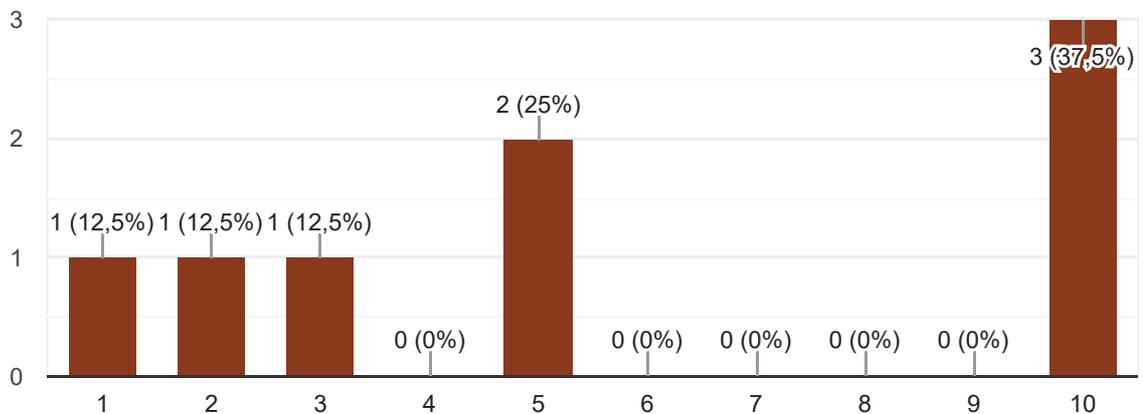
Durante o período da pandemia Covid 19, os alunos receberam da Secretaria da Educação alguma cesta de alimentos durante todo o tempo em que as aulas estiveram suspensas (março de 2020 a setembro de 2021)?

8 respostas



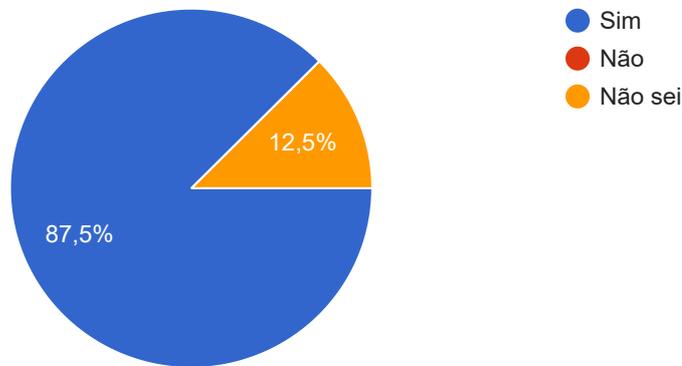
Quantas cestas de alimentação a escola entregou, através da Secretaria de Educação, para os alunos durante o período da pandemia?

8 respostas



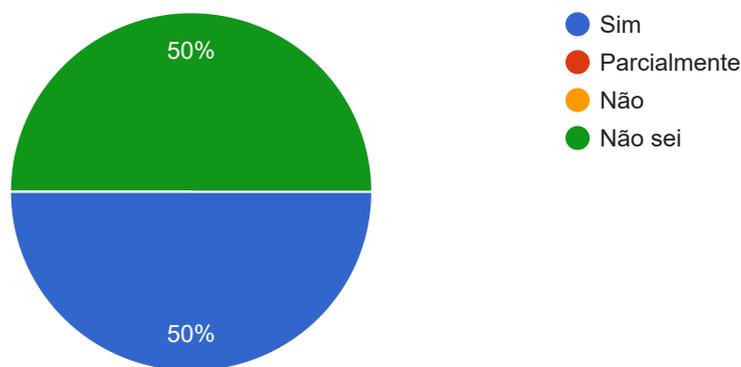
Durante o período da pandemia os servidores da instituição escolar desenvolveram alguma ação social (sem participação do governo estadual) para ajudarem alunos que se encontravam em situações desprovidas de alimentos e outros recursos?

8 respostas



Durante o período em que as aulas estiveram suspensas, a escola continuou recebendo as verbas do PNAE (programa nacional da alimentação escolar)?

8 respostas



Comentários e dados para contato (não obrigatório e apenas a pesquisadora terá acesso)



Comente qualquer coisa a mais que ache importante para pensar a questão da alimentação escolar no período de pandemia.

6 respostas

Precisa mais apoio do governo em relação alimentação

Ter uma refeição matinal na chegada e outro no intervalo

A alimentação escolar é uma importante política de proteção social e promoção da educação. Entretanto, durante o período pandêmico o acesso as escolas ficou comprometido para milhões de crianças em todo país e deixaram de receber a alimentação escolar, por consequências milhões de famílias ficaram em maior vulnerabilidade, pois a grande maioria não precisava se preocupar com parte da alimentação familiar já que a escola promovia parcialmente para escolas regulares ou integralmente para escolar de tempo integral.

Extremamente importante a alimentação para a aprendizagem, porém acho que a quantidade servida não é o suficiente. Vejo o trabalho sobre alimentação saudável e depois servem cachorro quente com salsicha aos alunos.

A escola desenvolveu uma ação para arrecadar alimentos, e montar cestas básicas para alguns alunos e seus familiares durante a pandemia.

Caso você possa, deixe seu nome email e/ou telefone para contato.

2 respostas

Pode Carvalho de Moura milena-alana@uol.com.br

valribeiro33@gmail.com

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



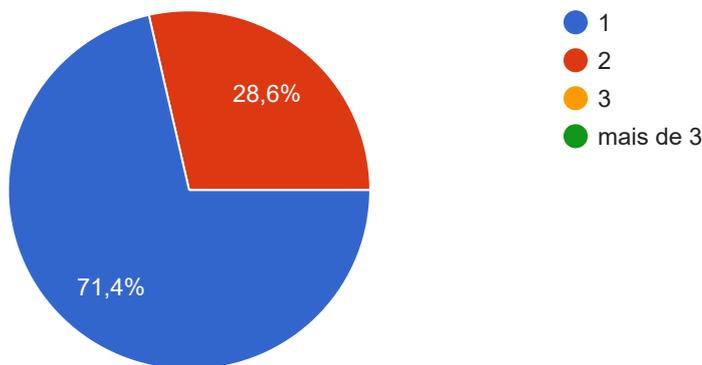
Anexo B: Questionário para pais ou responsáveis

Alimentação escolar durante a pandemia - pais ou responsáveis

28 respostas

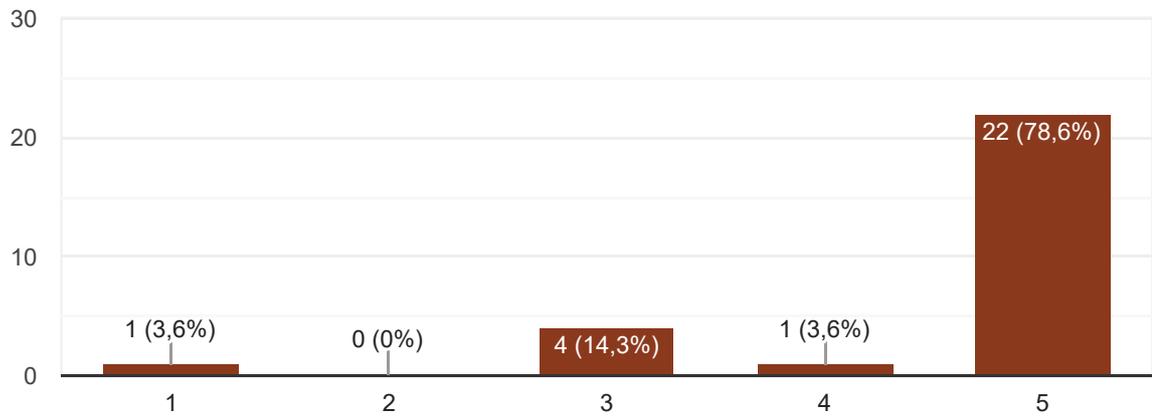
Quantos filhos o senhor/senhora tem no CEM Florêncio Aires?

28 respostas



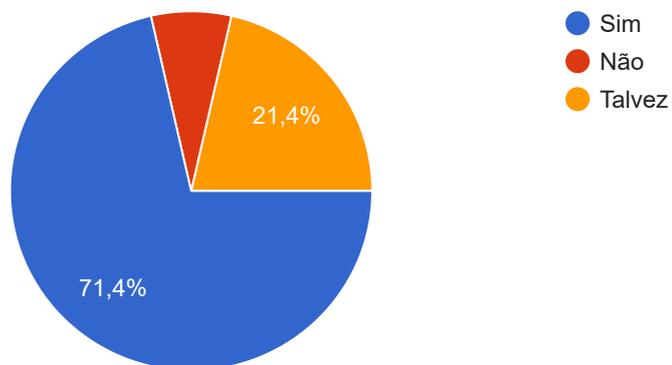
Em uma escala de 1 a 5, em sua opinião, o quanto uma boa alimentação influencia o aprendizado das crianças e adolescentes:

28 respostas



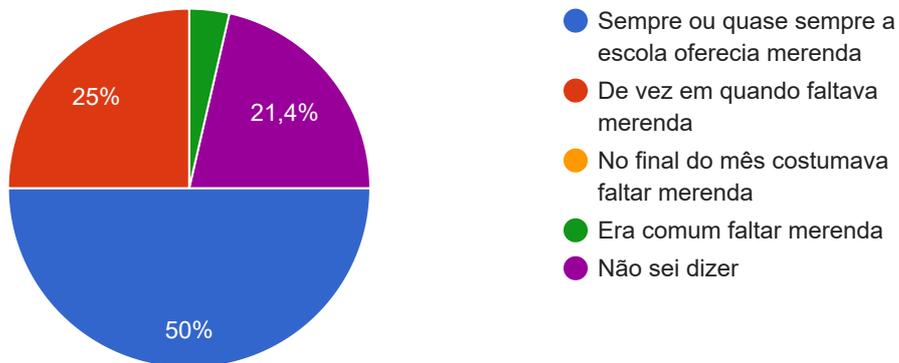
Você acha que a falta da merenda nas escolas contribui para a evasão escolar?

28 respostas



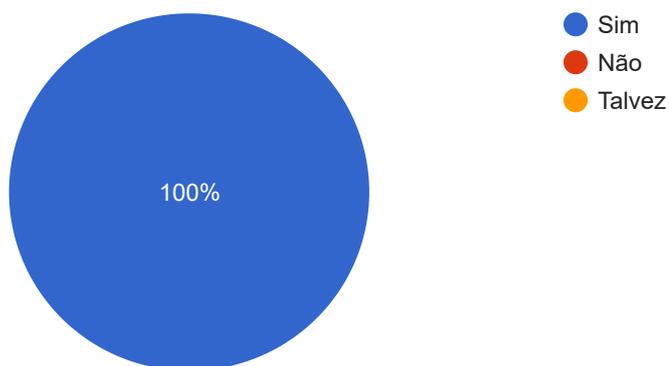
No período antes da pandemia (até março de 2020), a escola oferecia merenda em todos os dias de aula?

28 respostas



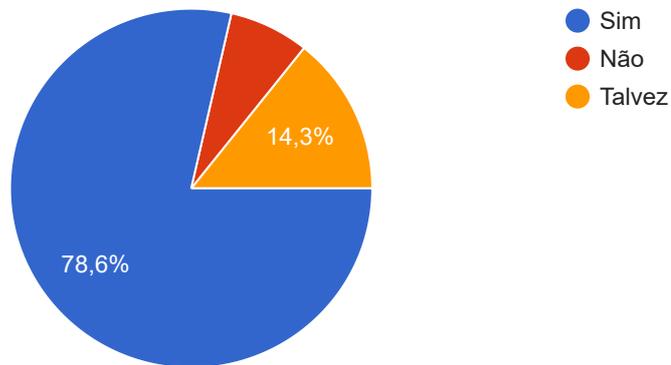
Como mãe, pai ou responsável por aluno(a)s você acha que uma boa alimentação escolar contribui para o aprendizado do seu filho?

28 respostas



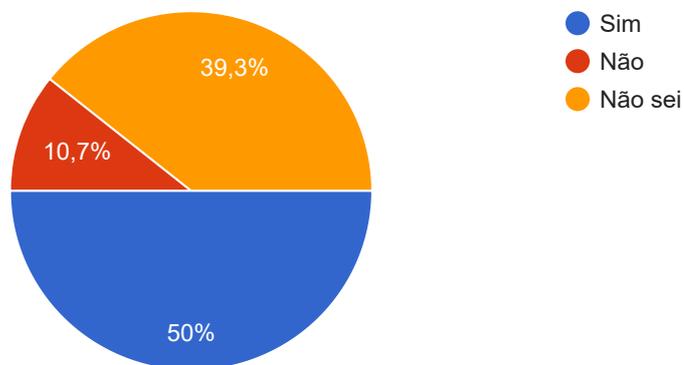
Você acha que a falta da merenda na escola contribui para que o seu filho não tenha animo para estudar?

28 respostas



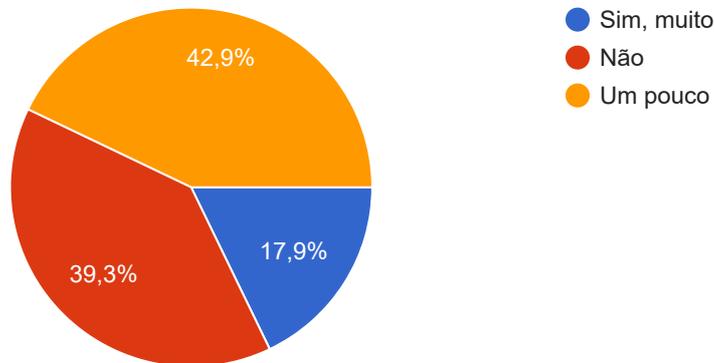
Durante o período da pandemia os funcionários da escola desenvolveram alguma ação social (sem participação do governo estadual) para ajudar alunos que se encontravam em situações desprovidas de alimentos e outros recursos?

28 respostas



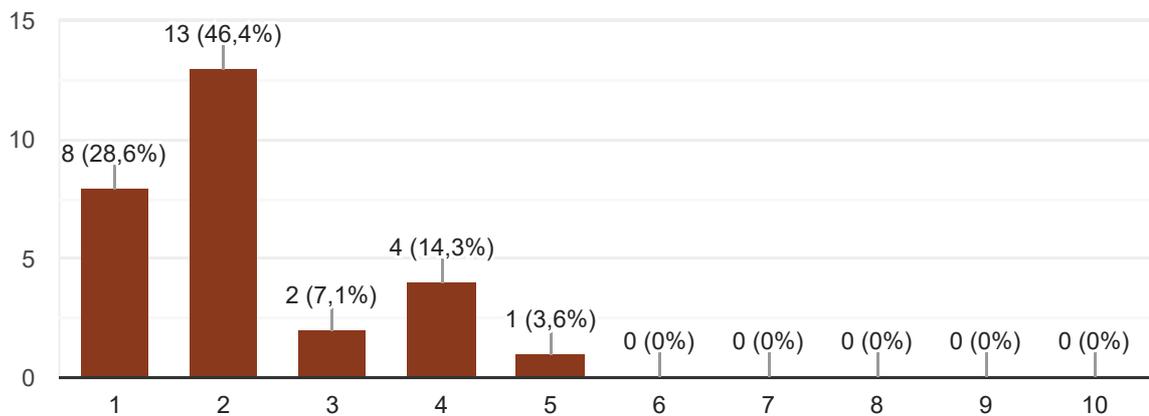
Se houve falta de merenda durante o período em que as aulas foram suspensas por conta da pandemia, isso atrapalhou a rotina alimentar do seu filho?

28 respostas



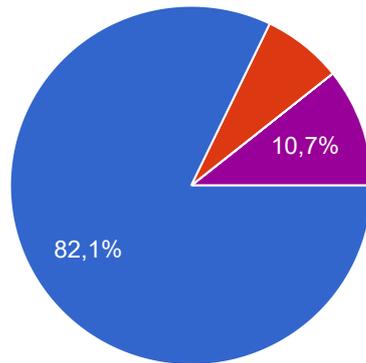
Durante o período da pandemia quantas cestas de alimentação você recebeu da escola para seu(s) filho(s)?

28 respostas



Qual a renda familiar da casa?

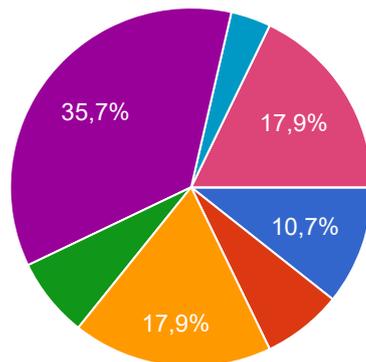
28 respostas



- Até um salário mínimo (R\$1.100,00)
- Entre um e três salários mínimos (R\$1.100,00 até R\$3.300,00)
- Entre três e cinco salários mínimos (R\$3.300,00 até R\$5.500,00)
- Acima de cinco salários mínimos (mais de R\$5.500,00)
- Não sei ou não quero responder

Qual a escolaridade da pessoa que estudou mais na casa?

28 respostas



- Até o 2o ano do Fundamental
- Até o 5o ano do Fundamental (antigo primário completo)
- Até o 9o ano do Fundamental (antigo ginásio completo)
- Ensino Médio incompleto (antigo ginasial)
- Ensino Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós graduação (especialização)

Comentários e dados para contato (não obrigatório e apenas a pesquisadora terá acesso)



Comente qualquer coisa a mais que ache importante para pensar a questão da alimentação escolar no período de pandemia.

9 respostas

A alimentação tem q ser algo primordial.

Alimentação é essencial para o desenvolvimento e aprendizagem , doações de cestas com alimentos é importante demais.

Ótimo,tem alunos que vão para escola sem comer nada por não ter o que comer ou para não chegar atrasado, mas ciente que na escola terá a merenda para saciar- los até o término das aulas.

Oferecer cesta de alimentação aos alunos

So uma alimentacao de qualidade e saldavel

Mais prioridade na alimentação das escolas

E de extrema importância pois muitas famílias não tem o que comer e na escola já ajuda bastante a alimentação pra eles.



Caso você possa, deixe seu nome email e/ou telefone para contato.

12 respostas

nnoabiapereiradasilva@gmail.com

62992064424

.....

Danielricardo2005@gmail.com

Divina Lúcia Mota Ferreira

(74)99101364

991254155 zap

63984487713 tatiara pereira xavier

ralcyribeiro07@gmail.com



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

